

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MÁVIA APARECIDA MAIER**

**Uma Breve Investigação sobre as Ausências dos Idosos nas  
Atividades dos Grupos de Convivência do SESC – Prainha –  
Florianópolis**

**FLORIANÓPOLIS  
2009/2**

**MÁVIA APARECIDA MAIER**

**Uma Breve Investigação sobre as Ausências dos Idosos nas Atividades dos Grupos de Convivência do SESC – Prainha – Florianópolis**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Maria Izabel da Silva**

**FLORIANÓPOLIS  
2009/2**

**MÁVIA APARECIDA MAIER**

**Uma Breve Investigação sobre as Ausências dos Idosos nas Atividades dos Grupos de Convivência do SESC – Prainha - Florianópolis –**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.**

---

**Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Maria Izabel da Silva**  
**Dep. de Serviço Social – UFSC - Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edaléa Maria Ribeiro**  
**Dep. de Serviço Social – UFSC - Examinador**

---

**Arlei Souza Borges**  
**Assistente Social SESC - Examinador**

**Florianópolis, 09 de dezembro de 2009.**

## **Agradecimentos**

Mais uma etapa da vida chega ao fim, e com isso tenho a satisfação de agradecer a todos aqueles que de alguma forma fizeram parte da minha caminhada.

Meu agradecimento em especial aos meus pais que tanto amo! Os quais me deram a vida. Estes que ensinaram aos seus filhos o valor da vida, o respeito e compreensão, a lutar sempre mesmo quando as chances já não existiam mais. Há meus pais bravos agricultores que com muito sacrifício seja por falta de condições financeiras ou pela saudade devido à ausência dos filhos, conseguiram que seus quatro filhos tivessem formação superior, a eles dedico toda minha formação.

Aos meus irmãos que tanto Amo! Eleandro (mesmo longe sempre me deu muito apoio, obrigada pelo seu amor, suas brincadeiras alegam minha vida), Edson (não tenho palavras para te agradecer, pois você está sempre do meu lado, obrigada pela preocupação, incentivo, carinho, pela força) e a Maira (Minha linda irmã, que vi nascer, muito obrigada pela força, carinho, atenção, nossa luta não acaba). Obrigada pelo incentivo, que sempre estiveram do meu lado, buscando me auxiliar em todos os momentos. Também as cunhadas Keli e Elis Regina, muito obrigada por tudo.

A minha grande amiga Tercila Baseggio que conheci no ano de 1998, quando vim morar em Florianópolis, muito obrigado por fazer parte da minha vida, pelo consolo, pelas festas, pela luta, pelo amor, pelo carinho. Você mora em meu coração.

A todos os meus amigos do curso de Serviço Social. Local este que me proporcionou conhecer grandes amizades como: Greicy, Graziela, Gabriele, Fernanda, Priscila, Rúbia, Rafaela, Dayana, Camile, Maria Gabriela, Josiane Biondo e entre tantas outras que já se formaram.

A minha grande amiga Aline Paola Nuernberg, muito obrigada por ser minha amiga, sei que sempre estará do meu lado não importa o lugar que tivermos, vou sentir muito sua falta.

As moradoras da Residência Estudantil da UFSC, onde vivi meus quatro anos e meio do curso, aqui tive muitas amigas, mas também tive muitas divergências, por não compreender ou não ser compreendida. Mas, aprendi a conviver, a discutir, a lutar pelos direitos, a perdoar. Algumas amigas merecem um destaque especial: Mailiz Garibotti Lusa sempre vou lembrar com muito carinho das nossas conversas, Fernanda Mikolaiczky que sempre foi uma amiga especial, Júlia Maciel sinto muita saudade sua, Grethi Magali Ruckhaber uma pessoa muito especial pra mim, Joice Cristina Lui que pelo pouco tempo que estamos convivendo se mostrou uma ótima amiga. Também a Aline de Gões, Juliana Adriano, Liliane, e tantas outras que conheci e com as quais passamos momentos, felizes, alegres, tristes, angustiosos, conflituosos que só contribuíram para minha formação pessoal e profissional. Não poderia deixar de agradecer ao Senhor João, zelador da Residência Estudantil da UFSC, pelo trabalho, carinho, paciência e compromisso que realiza neste local, sempre buscando proporcionar aos moradores melhores condições de permanência. E também aos demais funcionários que fazem parte do Trabalho na moradia. Meu muito obrigada.

Às professoras do Departamento de Serviço Social desta Universidade que muito me ensinaram ao longo desses anos, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional.

A minha professora Orientadora Maria Izabel Silva, obrigada pela atenção, dedicação, compromisso para com a realização deste trabalho.

Agradeço a Professora Dr<sup>a</sup>. Edaléa Maria Ribeiro e a Assistente Social Arlei Souza Borges por ter aceitado o convite de fazer parte desta banca.

Agradeço ao SESC, pela oportunidade de realizar meu estágio, pelo conhecimento adquirido. Aos idosos que participam das atividades do SESC, obrigada pela atenção, carinho, respeito. Vocês foram muito importantes para minha formação profissional.

Agradeço também a minha Supervisora de Campo Arlei Souza Borges, pelos momentos de reflexões, ensinamentos, paciência. Também pela confiança, oportunidade, amizade, companheirismo, apoio. Arlei você realmente me ensinou os caminhos de uma verdadeira profissional de Serviço Social, comprometida com o Projeto ético-profissional. Muito obrigada.

As minhas amigas de estágio: Lara, Samille, Katuscia e Larissa, com vocês formamos uma ótima equipe. Obrigada pela atenção, amizade e companheirismo.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos, familiares profissionais que de alguma forma contribuíram nesta minha importante etapa da vida. A todos muito Obrigada!

MAIER, Mária Aparecida. **Uma Breve Investigação sobre as Ausências dos Idosos nas Atividades dos Grupos de Convivência do SESC – Florianópolis – Prainha.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende investigar os aspectos referentes às questões que norteiam a participação dos Idosos nos Grupos de Convivência do SESC – Prainha – Florianópolis. Objetiva-se identificar os motivos que levaram os idosos a constantes ausências nos referidos grupos. Para tanto, entrevistou-se 14 idosos que faltaram em 50% ou mais dos encontros dos grupos, durante o período de março até julho de 2009. A primeira seção abordará questões atuais sobre o envelhecimento da população mundial e brasileira, bem como apontará algumas estratégias para seu enfrentamento. A segunda apresentará a Instituição SESC, onde foi realizada a pesquisa, além de abordar sobre a inserção do Assistente Social na Instituição. Com relação à pesquisa empírica, a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa de caráter exploratório e o estudo de caso. Quanto à coleta de dados, fez-se uso da pesquisa documental e bibliográfica, assim como a entrevista semi-estruturada e a observação. Os resultados desta investigação mostraram as seguintes causas das constantes faltas: motivos de saúde, viagens, cuidar de seus familiares e trabalho. Também evidenciou a relevância dos grupos na vida dos idosos, principalmente em relação ao combate ao isolamento social e as melhorias de saúde.

**Palavras-Chave:** Terceira Idade. Envelhecimento. Grupos de Idosos. SESC.

## **LISTAS DE SIGLAS**

ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro

BNH - Banco Nacional de Habitação

CF - Constituição Federal

CNC - Confederação Nacional do Comércio

CONCLAP - Conferência das Classes Produtoras

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FACB - Federação das Associações Comerciais do Brasil

GRUPATI - Grupos de Atualização da Terceira Idade

IAPB - Instituto Aposentadorias e Pensões dos Bancários

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes

IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

IAPM - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos

IAP's - Instituto de Aposentadorias e Pensões



IPASE – Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado

PLANESC - Primeiro Plano Nacional de Ação do SESC

PNI - Política Nacional do Idoso

SESC - Serviço Social do Comércio

UNIMOS - Unidades Móveis de Orientação Social

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Projeção da população do Brasil por década 1980 – 2050.....	31
<b>Tabela 2:</b> Porcentagem da População Idosa nas Regiões Brasileiras.....	33
<b>Tabela 3:</b> Número e porcentagem de idosos por sexo – Florianópolis.....	34
<b>Tabela 4:</b> Expectativa de vida nas regiões brasileiras.....	34
<b>Tabela 5:</b> Média de anos de estudo das pessoas de 60 anos de idade ou mais, responsáveis pelo domicílio, segundo as Unidades da Federação – 2000.....	35
<b>Tabela 6:</b> Média de anos de estudo das pessoas de 60 anos de idade ou mais, responsáveis pelo domicílio, segundo as Unidades da Federação – 2000.....	36

<b>Tabela 7:</b> Relação das profissões dos entrevistados.....	75
--	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1:</b> Faixa etária dos idosos entrevistados.....	71
<b>Gráfico 2:</b> Escolaridade dos entrevistados.....	72
<b>Gráfico 3:</b> Estado civil dos entrevistados.....	72
<b>Gráfico 4:</b> Quantidade de filhos por entrevistados.....	73

**Gráfico 5: Com quem os entrevistados residem.....74**

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO..... 12**

<b><u>1 QUESTÕES HISTÓRICAS SOBRE ENVELHECIMENTO</u></b> .....	14
<u>1.1 Questões Históricas sobre o Envelhecimento: Uso dos termos Velho, Idoso e Terceira Idade</u> .....	14
<u>1.2 O Processo de Envelhecimento Populacional no Mundo, no Brasil e em Florianópolis</u> .....	30
<u>1.3 Estratégias e ações internacionais e nacionais para enfrentamento das questões relativas ao envelhecimento</u> .....	41
<b><u>2 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC</u></b> .....	50
<u>2.1 Resgate Histórico do Surgimento do Serviço Social do Comércio (SESC)</u> .....	51
<u>2.2 A Instituição SESC em Santa Catarina</u> .....	61
<u>2.3 O SESC em Florianópolis: Trabalho Social com Idosos</u> .....	62
<u>2.4 A atuação do Assistente Social no SESC</u> .....	66
<u>2.5 Pesquisa: Percurso Metodológico</u> .....	72
<u>2.5.1 Caracterização dos Sujeitos Pesquisados</u> .....	74
<u>2.5.2 Análise dos Dados Coletados</u> .....	79
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....	92
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	90
<b>APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas</b>	
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>	
<b>APÊNDICE C – Autorização do SESC para realização da pesquisa.</b>	

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto a investigação das causas que levaram os idosos participantes dos Grupos de Convivência do Serviço Social do Comércio (SESC) – Prainha - Florianópolis, a constantes ausências no período entre Março e Julho de 2009<sup>1</sup>.

A opção pela temática deste trabalho é fruto das experiências vividas nos estágios curriculares obrigatórios I e II, realizados no SESC –Prainha – Florianópolis, no período compreendido entre março e dezembro de 2009.

O SESC iniciou suas atividades em Santa Catarina no ano de 1948. Desde sua fundação vêm reformulando seu trabalho a fim de atender melhor a população, conforme as exigências de cada momento histórico. Atualmente, o SESC atua nas áreas de Assistência, Saúde, Educação, Cultura e Lazer. Dessa forma, contribui para o desenvolvimento econômico e social. Através do esforço coletivo, busca assegurar melhores condições de vida aos seus usuários.

É importante destacar que durante o estágio curricular obrigatório a pesquisadora participou no planejamento e desenvolvimento dos projetos oferecidos aos Grupos de Idosos do SESC. São eles: “Grupos de Convivência”, “Idoso Empreendedor” e “Viver Bem a Idade Que Se Tem”.

A referida experiência permitiu conhecer o cotidiano e a realidade social dos idosos que participantes suas necessidades individuais, sociais e culturais. Através de um contato mais próximo, foi possível observar que os mesmos buscam o SESC para suprir carências afetivas, pois se sentem sozinhos e com necessidade de ampliar o vínculo social.

Durante o trabalho desenvolvido junto aos grupos de idosos, observou-se as frequentes faltas de alguns deles nos encontros semanais. A partir dessa

---

<sup>1</sup> Apêndice C.

constatação, surgiu o interesse de investigar os motivos dessas constantes ausências.

Para a realização da pesquisa, buscou-se conhecer a realidade dos Idosos dos Grupos de Convivência, tendo em vista que a mesma aborda questões de subjetividade dos envolvidos, que não podem ser expressas apenas por variáveis quantificáveis. Desta forma, a pesquisa empírica tem um caráter qualitativo, valendo-se de técnicas que favoreçam o levantamento de dados a partir da interação direta com o sujeito entrevistado. A pesquisa foi realizada a partir da observação da realidade (observação do participante), das falas dos sujeitos (entrevistas semi-estruturadas<sup>2</sup>), e observação das folhas de frequência dos grupos (análise documental), com o objetivo de interpretar os dados obtidos mediante o uso das produções teóricas já existentes (análise documental bibliográfica).

Este trabalho está organizado em duas seções, sendo que a primeira tratará das questões históricas acerca do envelhecimento humano. Para tanto, apresenta-se 4 categorias de análise: Cronológica, Biologista, Culturalista e Psicologista. Além disso, também mostrará dados sobre o acelerado processo de envelhecimento populacional no Mundo, no Brasil e em Florianópolis. Na sequência, apontará as estratégias e ações internacionais e nacionais para o enfrentamento das questões relativas ao envelhecimento, dentre as quais se destacam: Plano de Viena; Assembléia de Madri; Constituições Federais, e Estatuto do Idoso (Política Nacional do Idoso).

A segunda seção trará um resgate histórico da Instituição SESC, em nível nacional e local, desde a sua criação, além da atuação profissional do Assistente Social nesta Instituição. Depois, apresentará a pesquisa realizada com 14 idosos dos Grupos de Convivência do SESC – Prainha – Florianópolis.

Por último, traz as considerações finais, fundamentadas no referencial teórico estudado, seguida de apêndices.

---

<sup>2</sup> As entrevistas relatadas nesse trabalho seguem na íntegra as falas dos sujeitos, sem correções de estilo. Todos os entrevistados autorizaram a publicação, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Apêndice B.

## **1 QUESTÕES HISTÓRICAS SOBRE ENVELHECIMENTO**

Esta primeira seção irá decorrer sobre as questões históricas acerca envelhecimento, observando o uso dos termos: velho, idoso e terceira idade. Para melhor favorecer a compreensão dessa conceituação, optou-se em dividi-las em 4 categorias: Cronológica, em que se destacam os fatores cronológicos; Biologista, que ressalta os fatores orgânicos; Culturalista, caracterizada por enfatiza os aspectos culturais e sociais; e Psicologista, que realça a conformação subjetiva ou os desenvolvimentos psicossociais da pessoa idosa. Também foi abordado o processo de envelhecimento populacional no Mundo, Brasil e em Florianópolis, apresentando dados que demonstram o acelerado envelhecimento populacional. E por fim, mostram-se as estratégias e ações internacionais e nacionais para o enfrentamento das questões relativas ao envelhecimento.

### **1.1 Questões Históricas sobre o Envelhecimento: Uso dos termos Velho, Idoso e Terceira Idade**

O século XX é marcado por profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais em vários países da Europa e da América. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente na área médica, a população teve acesso a outros recursos. Segundo Agustini

O desenvolvimento de novas tecnologias contribuiu para a diminuição da fecundidade, permitindo com isso que um número maior de pessoas alcançasse a velhice. Com isso, a expectativa de vida está crescendo, aumentando o número de

peças consideradas velhas, absoluta e relativamente, na população em geral. (AGUSTINI, 2003, p. 17).

O termo velhice é originário do latim, mais precisamente da expressão “vetulus”, diminutivo de vetus, que significa remoto, antigo, antiquado, gasto pelo uso<sup>3</sup>.

O termo definido por Ferreira é “estado ou Condição de Velho, opõem-se a juventude, mocidade”. E velho como sendo: Muito idoso, antigo, gasto pelo uso, experimentado, veterano, que há muito exerce uma profissão, ou tem certa qualidade, desusado, obsoleto, homem idoso<sup>4</sup>.

Para Agustini, o conceito sobre velhice se identifica com antiguidade, que complementa com rabugice ou disparate, sendo próprio de velho. Acreditar nestes conceitos é aceitar a conotação negativa, que o mesmo adquiriu na contemporaneidade. Além dessa, o termo adquire ainda outras conotações nos dias atuais, podendo ser classificado pelas diferentes classes populares em que se encontra o velho. Segundo, Peixoto (2000, apud, Agustini p. 22), “o termo velho tem (...) uma conotação negativa ao designar, sobretudo, as pessoas de mais idade pertencentes às camadas populares que apresentam mais nitidamente os traços de envelhecimento e de declínio”.

É importante esclarecer que o termo Terceira Idade originou-se na França<sup>5</sup>, sendo empregado para designar pessoas jovens que se encontram aposentadas. Neste caso, ele representa um sinônimo de envelhecimento ativo e independente, sendo visto como uma nova etapa da vida. O tempo ócio não representa inércia, mas dinamismo com novas práticas de atividades.

Conforme Agustini (2003, p. 24):

---

<sup>3</sup> CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. 2. Ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.p. 813.

<sup>4</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio Século XXI. O Mini Dicionário da Língua Portuguesa. 5ªed. Rido de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.p. 744.

<sup>5</sup> O termo Terceira Idade é adotado pela Constituição espanhola de 1978. Por exemplo, no art. 50: “Os poderes públicos garantirão, mediante pensão adequada e periodicamente atualizada, suficiência econômica aos cidadãos durante a terceira idade” – Tradução Agustini. (2003, p. 24).



Sem pretender substituir a velhice, a terceira idade designa um estado cronológico, emocional e legal, em que a passividade de velhice (e da aposentadoria) se transforma em atividade e passa a exigir um lugar mais destacado no convívio social. Desta maneira, a expressão terceira idade contribui para abrir uma fenda abissal entre jovens idosos e velhos idosos. E acentua, em lugar de diminuir, como parece em um primeiro lugar, a discriminação negativa da velhice, na medida em que procura separar aquelas pessoas que, apresentam juventude (embora aposentadas) das que estão incapacitadas para quaisquer atividades (sejam físicas ou não).

O processo de envelhecimento é um fato natural no desenvolvimento de todos os seres vivos. Quando se refere aos seres humanos, observa-se etapas biológicas, naturais, sociais, culturais, econômicas entre outras. Na maioria das vezes, algumas etapas com significados e com intensidade mais destacados que outros.

Historicamente, percebe-se o estereótipo dos vários sentidos atribuídos à pessoa idosa em diferentes contextos sociais. Busca-se caracterizar o homem conforme a fase da vida em que ele se encontra. Para Máscaro (1997, p.54) “o que atrapalha os idosos são os preconceitos, as idéias de que a velhice é sinônimo de doença e incapacidade”. Observa-se que o ser humano está preparado para viver quase todas as etapas da vida naturalmente, mas nem sempre está preparado para enfrentar as modificações físicas, psíquicas e sociais que aparecem no processo de envelhecimento. Cabe destacar que as mudanças biológicas são inerentes ao processo de envelhecimento, bem como as sociais e culturais, estas últimas, de acordo com o contexto da sociedade, podem apresentar maiores diferenciações.

Para Beavouir, há no processo de envelhecimento um “temor” que se destaca no sujeito, o qual não sabe como viverá esta etapa da vida. Na sociedade capitalista, segundo a autora:

Numa cultura em que se encara o idoso como objeto descartável e obsoleto, já que só se tem olhos àqueles que são

produtivos, capazes de gerar lucros, o envelhecimento é sinônimo de improdutividade. Trata-se de uma visão preconceituosa, discriminatória e carregada de estigmas que classificam pejorativamente uma etapa que todas as pessoas, desde o seu nascimento, estão fadadas a enfrentar, salvo, é claro, as vicissitudes da vida que encurtam a trajetória (BEAVOUIR 1990, apud SANTI, 2005, p.30)

Nesta perspectiva, a atual sociedade capitalista classifica as pessoas em produtivas e não produtivas, segundo a lógica do capital, considerando que os chamados produtivos são os trabalhadores que geram lucros (e mais-valia).

Bosi (1994) define que o “ser velho”, em nossa sociedade, é lutar para continuar sendo homem. Lutar para ser homem significa ser sujeito da ação de sua autonomia, na continuidade do cidadão portador de direitos, que não encontra barreiras que a velhice ou o envelhecimento possam limitar suas capacidades e habilidades de pessoa idosa.

Cabe destacar Ribeiro (2006), que traz diversos autores sobre a conceituação de idoso, velhice e envelhecimento. O referido autor buscou resposta através da leitura de determinadas obras acadêmicas, identificando 60 teses e dissertações da PUC-SP, USP e Unicamp (2003, 2004 e 2005). Como já mencionado neste trabalho, tendo em vista o melhor entendimento dessa conceituação, agrupou-se os conceitos em 4 categorias: Cronológica, Biologista, Culturalista e Psicologista.

Na categoria cronologista, Ribeiro destaca três autores que melhor sintetizam o conceito: Veras (1994), Paschoal (1996) e Salgado (1982).

Segundo Ribeiro (2006), Veras (1994) problematiza o conceito de velhice, afirmando que o termo é impreciso, sendo uma realidade difícil de perceber:

Quando uma pessoa se torna velha? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? Nada flutua mais que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social. Uma pessoa é tão velha quanto suas artérias, seu cérebro, seu coração, seu

moral ou sua situação civil? Ou é a maneira pela qual outras pessoas passam a encarar certas características que classifica as pessoas como velhas? (RIBEIRO, 2006, p. 27-28).

“Ao mesmo tempo em que reflete sobre o conceito o autor também concebe a velhice como uma realidade multidimensional, considerando sua complexidade fisiológica, psicológica e social”. (RIBEIRO, 2006, p. 28).

Com relação à velhice, Salgado (1982) aborda que a cronologia está definida na alta idade, levando em consideração as alterações biológicas, psicológicas e sociais dos idosos.

Sobre o conceito de velhice a partir da abordagem cultural. Veras (1994) esclarece que a Velhice:

[...] deve ser percebida diferentemente em um país com uma expectativa de 37 anos de vida ao nascer, tal como Serra Leoa, quando se compara à maneira pela qual é percebida em um país com uma expectativa de 78 anos de vida ao nascer, como o Japão. Numa sociedade em que as pessoas vivem em favelas superpovoadas, a velhice será uma experiência distinta se comparada à vivenciada em uma cidade com serviços adequados e de casas confortáveis. (RIBEIRO, 2006, p. 28)

Com relação ao conceito cronológico, para caracterizar a população idosa, Veras utiliza a comparabilidade de dados. Partindo do princípio que a pessoa idosa tem 60 anos ou mais, esclarece que esta idade foi adotada para definir os idosos nos países em desenvolvimento, onde presume-se que a expectativa de vida seja menor. Sendo assim, Veras (1994) afirma:

Tenta esquivar-se de uma das limitações da determinação etária e indicar a heterogeneidade etária do segmento idoso ao estabelecer três subfaixas: “de 60 a 69 anos, uma faixa de ‘jovens idosos’; de 70 a 79 anos, uma faixa de ‘meio-idosos’; e acima de 80 anos, inclusive, uma faixa de ‘idosos velhos’”. (VERAS, 1994, apud RIBEIRO, 2006, p. 29).

Segundo Veras (1994), além da diversidade existente entre indivíduos, indicando o diálogo com outros aspectos do envelhecimento, há também a diversidade levada em conta quando o autor se refere à velhice, sob o ponto de vista multidimensional. Para ele, esse é um momento de perdas, pois “os idosos são vulneráveis à incapacidade a partir de suas próprias mentes, seus corpos e seu meio físico e social”. (VERAS, 1994, apud RIBEIRO, 2006, p. 29).

Salgado (1982) também parte da definição cronológica considerando a multidimensionalidade do conceito:

Propomos que seja a velhice entendida como uma etapa da vida na qual, em decorrência da alta idade cronológica, ocorrem modificações de ordem biopsicossocial que afetam a relação do indivíduo com o meio. (SALGADO, 1982, apud RIBEIRO, 2006, p. 29).

Com relação aos aspectos multidimensionais que envolvem a etapa do envelhecimento, Salgado (1982) ressalta os aspectos biológicos e sociais:

[...] o processo de envelhecimento, a partir da idade adulta, desenvolve-se de forma gradativa e lenta; e, mesmo com algumas perdas no plano biológico, as funções sociais dos indivíduos, especialmente a função profissional, permanecem sem grandes alterações, durante seu tempo de vida útil. De repente, provocando bruscas alterações nas funções adquiridas [...] a aposentadoria cria, para o plano social das pessoas idosas, o irreversível problema de adaptação a um novo esquema de vida, sem qualquer compensação advinda do prestígio anterior, sem o reconhecimento pelo trabalho cumprido e sem, mesmo, a convivência cotidiana com camaradas. [...] pode-se dizer que, da mesma forma que aprendeu uma profissão, terá de aprender a viver sem ela e com todos os problemas e conflitos disso decorrentes. (SALGADO, 1982, apud, RIBEIRO, 2006, p. 30).

Com relação à análise multidimensional, Bosi (1994) observa a ênfase advinda da velhice:

No âmbito social ocorre a desvalorização do idoso por ter perdido a força do trabalho; no âmbito orgânico com “o declínio biológico do homem” e no existencial com a “falta de sentido da vida” e o fato de sentir-se um pária na sociedade. (BOSI, 1994, apud, RIBEIRO, 2006, p. 47).

Quanto aos aspectos biológicos, Salgado (1982) considera que os conflitos da velhice e da aceleração da decadência física, estão relacionados com as condições ambientais, as quais interferem na estrutura biológica e psicossocial. Com isso:

Justifica a necessidade de avaliar a relação entre idosos e sociedade e de estabelecer um critério de análise que parta das deficiências do idoso para que não sejam instauradas políticas discriminatórias e que não seja justificada a desvalorização dos idosos. (SALGADO, 1982, apud, RIBEIRO, 2006, p. 30).

Ao analisar os aspectos descritivo-históricos que norteiam o conceito de velhice, Salgado (1982) explica que o processo foi objeto de reflexões ao longo do tempo e em diferentes culturas. Ao atingir a idade idosa, os velhos, nas sociedades antigas, eram considerados sábios. Nessas culturas, considerava-se velhos os que tinham um tempo de vida extremamente elevado e poucos eram os que conseguiam atingi-la.

Na atualidade, através de uma cultura tecnológica “o envelhecimento começou a ser considerado apenas em seus aspectos de perdas e pessoas com mais idade eram posicionadas socialmente de maneira secundária e afastadas de atividade ditas produtivas”. (SALGADO, 1982, apud, RIBEIRO, 2006, p. 31).

Os autores Veras (1994) e Salgado (1982), segundo interpretações de Ribeiro (2006), são considerados autores críticos quanto à conceituação de idoso, em decorrência da problematização sobre a definição etária vigente,

propondo um alargamento da idade para que uma pessoa seja considerada idosa. Com isso, o momento histórico é definido:

[...] seja pela necessidade que as diferentes sociedades têm de oferecer respostas aos grandes contingentes de indivíduos de mais idade, seja pelo próprio avanço das ciências que, apresentando novas descrições para o processo de envelhecimento, eliminam tabus e imagens preconceituosas, o que acontece de novo a prevalecer a idéia de determinar o tempo da velhice numa idade bem superior, mais condizente com efetivas limitações físicas e/ou mentais que dificultem uma participação social maior. (SALGADO, 1982, apud, RIBEIRO, 2006, p. 31).

Nesta perspectiva, para analisar o critério cronológico que considera a pessoa idosa com 60 anos ou mais, cabe destacar Paschoal (1996), que o concebe de forma crítica e contextualizada, avaliando os seus prós e contras:

Cronologicamente, há uma dificuldade em se definir; a decisão torna-se arbitrária, pois, dependendo do desenvolvimento socioeconômico de cada sociedade, os seus membros apresentarão os sinais inexoráveis do envelhecimento, com suas limitações e perdas de adaptabilidade, em diferentes idades cronológicas. A maioria da literatura geriátrica e gerontológica aceita um ponto de corte aos 65 anos, idade, a partir do qual, os indivíduos seriam considerados idosos. Este é o corte etário adotado pela Organização das Nações Unidas para os países desenvolvidos. Para os países em desenvolvimento, onde a expectativa de média de vida é menor, adota-se os 60 anos como a idade de transição das pessoas par ao segmento idoso da população (ONU, 1985). A Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, ocorrida em 1982, na cidade de Viena, Áustria, definiu população idosa como o grupo de pessoas com 60 anos e mais. O critério cronológico, apesar de ser o menos preciso, é o mais utilizado sempre que existe a necessidade de delimitar a população em estudo, ou para análise de delimitar a população em estudo, ou para análise epidemiológica, ou com propósitos administrativos, de planejamento e de oferta de serviços. Importante, também, para a comparabilidade de dados em diferentes épocas e lugares. (PASCHOAL, 1996, apud, RIBEIRO, 2006, p. 32).

Na abordagem biológica, Ribeiro (2006) traz as ideias de Hayflick (1996) e Netto (2002), que explicam os conceitos de idoso, velhice ou envelhecimento através dos aspectos orgânicos. Para Hayflick (1996), os aspectos orgânicos de envelhecimento se posicionam de forma unidimensional “uma vez que o envelhecimento altera praticamente todas as células do nosso corpo, seu estudo atrai cientistas que trabalham em quase todos os campos da biologia e da medicina”. (HAYFLICK, 1996, apud, RIBEIRO, 2006, p. 35). Para o autor, não há uma relação direta entre idade cronológica e idade biológica, sendo que a idade biológica ocorre em função do aumento da idade. Analisando os conceitos de Hayflick (1996), Ribeiro (2006) esclarece que o referido autor aceita o conceito de idade biológica sem questioná-la. Para ele o envelhecimento: “Representa as perdas na função normal que ocorrem após a maturação sexual e continuam até a longevidade máxima para os membros de uma espécie”. (HAYFLICK, 1996, apud, RIBEIRO, 2006, p.36).

Para Hayflick (1996), a superpopulação humana dos dias atuais, devido a longevidade<sup>6</sup>, está resultando em problemas para o Planeta, como a destruição discriminada, a fome, as guerras, as desigualdades econômicas e os colapsos da saúde. Com isso, conclui:

Se não reduzirmos logo o número de seres humanos que habitam o planeta, a consideração da questão do retardamento do processo de envelhecimento ou aumento da duração da vida humana terá pouco propósito. O planeta não será um local que valha a pena viver mais tempo. (HAYFLICK, 1996, apud, RIBEIRO, 2006, p. 37).

Neste sentido, o autor se refere ao aumento da expectativa de vida e da quantidade de nascimentos que aumentou consideravelmente a população mundial. Também não vê nenhum valor em retardar ou reter o processo de envelhecimento ou alcançar a longevidade, pois, não relaciona os aspectos do

---

<sup>6</sup> Longevidade é definida por Hayflick como “período de tempo no qual se pode esperar que um animal viva, dada as melhores circunstâncias. No caso dos seres humanos recém-nascidos, a longevidade média (expectativa de vida) nos países desenvolvidos é de cerca de 75 anos, e a

envelhecimento ao acesso à saúde e seguridade, por outro lado, considera que o aumento da expectativa de vida tem relação, em função da abolição de determinadas doenças.

Quanto ao autor Netto, esse define “o envelhecimento como um processo, a velhice como uma fase da vida e o idoso como o resultado final desses componentes”. (NETTO, 2002, apud, RIBEIRO, 2006, p. 38). Em relação à distinção entre velhice e envelhecimento, considera que a velhice é a última fase do ciclo de vida com manifestações somáticas, como redução da capacidade funcional, calvície, diminuição da capacidade de trabalho e perdas psicológicas, afetivas, motoras e de papéis sociais. Quanto à definição de envelhecimento, classifica Netto, como biologista e organicista:

Respeitando-se as limitações assinaladas e dentro de uma visão prioritariamente biogerontológica, o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda de capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que determinam por levá-lo à morte. (NETTO, 2002, apud, RIBEIRO, 2006, p. 38).

Nesta definição, considera-se os aspectos orgânicos com maior incidência no processo das patologias que determinam a morte do idoso. Para Netto (2002), é necessário conhecer as várias facetas do processo de velhice e envelhecimento, pois observar somente pelo modo biofisiológico seria:

Desconhecer a importância dos problemas ambientais, psicológicos, sociais, culturais e econômicos que pesam sobre eles. Ao contrário, é relevante ter uma visão global do envelhecimento como processo e do idoso como ser humano. (NETTO, 2002, apud, RIBEIRO, 2006, p. 39).



Ao observar o posicionamento de Netto (2002), Ribeiro (2006) o considera um autor crítico. O envelhecimento no Brasil, Netto (2002) aborda as questões demográficas, sociais e econômicas:

Paralelamente às modificações demográficas que estão ocorrendo, cresce também a necessidade de profundas transformações socioeconômicas nos países de Terceiro Mundo, que, além de serem política e economicamente dependentes de outras nações, possuem uma estrutura socioeconômica arcaica que privilegia alguns em detrimento da maioria. O quadro atual de crescimento da população idosa está acompanhado de falta de disponibilidade de riqueza ou da perversa distribuição de renda. (NETTO, 2002, apud, RIBEIRO, 2006, p. 40).

Neste sentido, cabe ressaltar que além da falta de condições socioeconômicas que norteiam os idosos, outros fatores os levam ao isolamento social. Netto (2002) aponta a falta da autonomia e da independência. Sobre isso, Ribeiro diz:

Também, a dificuldade de adaptação do idoso às exigências do mundo moderno em decorrência de terem reduzido sua capacidade fisiológica de trabalho, com isso associam-se a várias doenças crônicas, caindo na marginalização e na perda da sua condição social, sendo este o quadro atual da velhice na atualidade. (RIBEIRO, 2006, p. 40)

Cabe destacar também as reflexões sobre idoso, velhice e envelhecimento nos aspectos culturais e sociais. Beauvoir (1990) apresenta uma perspectiva crítica e busca enfatizar a necessidade de entender os posicionamentos relacionados ao envelhecimento em sua totalidade. A autora apresenta uma variedade do conceito e busca fazer uma interdependência estabelecida entre eles:

Falei até agora da velhice, como se esta palavra representasse uma realidade bem definida. Na verdade, quando se trata de nossa espécie, não é fácil circunscrevê-la. Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, conseqüências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo como o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence. O que torna a questão complexa é a estreita interdependência desses diferentes pontos de vista. Sabe-se hoje que é abstrato considerar em separado os dados fisiológicos e os fatos psicológicos: eles se impõem mutuamente. Veremos que, na velhice, essa realidade é particularmente evidente: ela é, por Excelência, o domínio do psicossomático. Entretanto, o que chamamos a vida psíquica de um indivíduo só se pode compreender à luz de sua situação existencial; esta última tem, também, repercussões em seu organismo; e inversamente: a relação com o tempo é vivida diferenciadamente, segundo um maior ou menor grau de deterioração do corpo. (BEAUVOIR, 1990, p. 15).

Com isso, Beauvoir entende a velhice como um fato social, fazendo uma análise descritivo-histórica, iniciando com dados da etnologia, a qual estuda a cultura das populações primitivas e depois busca associar os dados sobre os idosos com a estrutura comunitária.

Segundo a referida autora, envelhecer está relacionado às perdas e ganhos do processo. As perdas começam após os 20 anos, através da involução dos órgãos nos seres humanos, sendo que as mesmas podem ser compensadas por um saber prático e intelectual. Dessa forma, não se pode falar em envelhecimento porque “no homem, o próprio corpo não é natureza pura” (BEAUVOIR, 1990, p. 19). Cabe considerar envelhecimento, neste conceito, quando as deficiências adquirirem importância e forem irremediáveis.

Beauvoir acredita que existe certa complexidade no entendimento do ser humano de forma integral, pois o físico e o moral não evoluem de forma paralela. Observa que, ao longo da decadência física, a pessoa pode realizar importantes ganhos intelectuais. Desta forma:

A que aspecto atribuiremos mais valor? Cada um dará uma resposta diferente, segundo sua tendência a valorizar mais as aptidões corporais ou as faculdades mentais, ou um equilíbrio entre umas e outras. É a partir de tais opções que os indivíduos e as sociedades estabelecem uma hierarquia das idades: não há nenhuma que seja universalmente aceita. (BEAUVOIR, 1990, p.19).

Isto é observado nas questões relativas à aposentadoria. Para a autora, existem certas deficiências acarretadas pela idade, mas, sugere exemplos que possam contribuir para diminuir as dificuldades, como, por exemplo, o oferecimento de óculos ou a instalação assentos que permitam ao funcionário trabalhar sentado. Com isso, Beauvoir (1990, p. 286) conclui: “a inatividade imposta aos velhos não é uma fatalidade natural, mas a consequência de uma opção social”.

Com relação à aposentadoria, os problemas sociais ligados à velhice não são exclusivos desta fase da vida:

A tragédia da velhice é a radical condenação de todo um sistema de vida mutilador: um sistema que não fornece à imensa maioria das pessoas que fazem parte dele uma razão de viver. O trabalho e a fadiga mascaram essa ausência: ela se descobre no momento da aposentadoria. É muito mais grave do que o tédio. Ao envelhecer, o trabalhador não tem mais lugar no mundo, porque, na verdade, nunca lhe foi concedido um lugar: simplesmente, ele não tivera tempo de perceber isso. Quando se dá conta, cai numa espécie de desespero bestificado. (BEAUVOIR, 1990, p. 340).

De acordo com a obra de Ribeiro (2006), sobre as pessoas idosas, Bosi (1994) afirma que elas viveram determinados eventos culturais, familiares e sociais comuns.

Elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis. (BOSI, 1994, apud, RIBEIRO, 2006, p. 45).

A perspectiva social é considerada por Bosi quando se refere à importância da memória dos idosos na sociedade:

Há dimensões da aculturação que, sem os velhos, a educação dos adultos não alcança plenamente: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças; enfim, o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás essas coisas, como desnecessárias. Esta força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente. (BOSI, 1994, apud, RIBEIRO, 2006, p. 46).

Na análise culturalista e com ênfase nos aspectos sociais, Debert (2004), apóia suas formas de gestão da velhice nas afirmações de Alain Touraine. Para ele, não é possível discutir velhice sem comentar aposentadoria, doença, família, Estado e impostos. No que tange a velhice, apresenta seu enfoque sociocultural:

Tratar da velhice, dessa perspectiva, é buscar acessos privilegiados para dar conta de mudanças culturais nas formas de pensar e gerir a experiência cotidiana, o tempo e o espaço, as idades e os gêneros, o trabalho e o lazer, analisando, de uma óptica específica, como uma sociedade projeta sua própria reprodução. (DEBERT, 2004, apud, RIBEIRO, 2006, p. 48).

Nas reflexões relativas à compreensão sobre velhice, idoso e envelhecimento, nos aspectos psicologistas que busca explicar a subjetividade

ou o desenvolvimento psicossocial dos idosos, Ribeiro se fundamenta em Messy (1993), e Neri (1995).

Messy apresenta a perspectiva psicanalítica com objetivo de “melhorar a compreensão da dinâmica dos processos psíquicos ao envelhecimento”(MESSY, 1993, apud, RIBEIRO, 2006, p. 51).

Ao definir envelhecimento, velhice e idoso, Messy adverte que “velhice não é um processo como o envelhecimento, é um estado que caracteriza a posição do indivíduo idoso” (MESSY, 1993, apud, RIBEIRO, 2006, p. 51). Já o conceito de envelhecimento se refere à questão de perdas e ganhos:

O envelhecimento é um processo que se inscreve na temporalidade do indivíduo, do começo ao fim da vida. É feito de uma sucessão de perdas e ganhos. Perda como desgaste, enfraquecimento e diminuição, e ganho como bonificação, maturação e acréscimo, no entanto avalia que nossa sociedade reserva à juventude o benefício e à velhice o déficit. (MESSY, 1993, apud, RIBEIRO, 2006, p. 52).

Para Ribeiro, Messy, é considerado um autor crítico, pois questiona abordagens, acreditando que elas sejam limitadas:

Não tenho a intenção de retomar aqui as diferentes abordagens sugeridas, com respeito ao envelhecimento, nos repertórios da psicologia e da psicossociologia. A perda é aí mencionada em termos quantitativos e qualitativos. Dá-se importância num caso à diminuição das células ou à perda das capacidades; noutro caso à degenerescência ou à desvalorização. Uma das dificuldades encontradas pelos pesquisadores dessas duas disciplinas, acho que consiste em discernir o limite entre o normal, o patológico e o patogênico. (MESSY, 1993, apud, RIBEIRO, 2006, p. 52).

Já a autora Neri (1995), adota a perspectiva do curso da vida para explicar as diferentes abordagens. Para ela, no decorrer da vida a sociedade confere significados sociais e pessoais no decorrer do tempo biográfico.

Através disso, permite a construção social da personalidade e de trajetórias de vida, estas baseadas em diversas transições sociais e eternamente demarcadas.

Dentro da psicologia do envelhecimento, define:

Para os seres humanos, o envelhecimento compreende processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual. Iniciando-se em diferentes épocas para as diversas partes e funções do organismo, e ocorrendo em ritmo e velocidade diferentes para o mesmo ou diferentes indivíduos, esses processos implicam a diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência. Esta é acompanhada por alterações regulares na aparência, no comportamento, na experiência e nos papéis sociais. (NERI, 1995, apud, RIBEIRO, 2006, p. 53).

Esta definição apresenta a idéia de perdas e ganhos que acompanham o desenvolvimento. A autora considera que, em um mesmo momento de desenvolvimento, pode haver o crescimento em determinado aspecto e declínio em outro, mas há equilíbrio entre ganhos e perdas, indicando mudanças adaptativas constantes. Dessa forma, há alterações entre ganhos e perdas durante a vida: “Na infância preponderam ganhos e na velhice, perdas”. (NERI, 1995, apud, RIBEIRO, 2006, p. 53).

Segundo Ribeiro, Neri faz uma crítica contundente aos conceitos sobre a velhice conforme correntes nos âmbitos científicos, político e social de atuação, pois os mesmos consideram que envelhecer depende apenas do ser humano, pois haveria a necessidade de manter-se ativo, engajado e útil, apesar das perdas biológicas, econômicas, sociais e psicológicas, com isso, qualquer pessoa poderia ter uma velhice satisfatória. Para Neri, esta concepção serve apenas aos interesses do Estado, o qual se vê impossibilitado em conceder os benefícios sociais a seus idosos aposentados. Este adota a noção de que a velhice é um momento de perdas, baseando-se na geriatria e na gerontologia, que atendem às necessidades do mundo do trabalho, o qual descarta trabalhadores quando estes se tornam obsoletos, de modo que não são criadas

oportunidades para eles acompanharem as mudanças tecnológicas, educacionais e econômicas.

Para Neri (1995), o envelhecimento bem-sucedido envolve um conjunto de fatores econômicos, sociais e educacionais, esclarecendo:

O esforço sistemático dos gerontólogos e dos psicólogos do desenvolvimento e do envelhecimento é fundamental para a concretização dessas idéias. Parece que começamos a viver um momento propício para isso, em virtude das necessidades de ordem prática ora emergentes no cenário social brasileiro, das inovações que começam a despontar na área de políticas e práticas educacionais e sociais para idosos, e do início de esforços sistemáticos de formação de grupos de pesquisadores nas várias áreas da gerontologia. (NERI, apud, RIBEIRO, 2006, p. 55).

## **1.2 O Processo de Envelhecimento Populacional no Mundo, Brasil e Florianópolis**

A expectativa de vida da população mundial vem aumentando consideravelmente ao longo do tempo. Previsões da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que, em poucas gerações, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais passará de 1 a cada 14 para 1 a cada 4. Isso resultará em explosão demográfica idosa com reflexos no sistema da previdência social, no mercado de trabalho e consumo, e também alterações nos núcleos familiares.

Segundo estimativas realizadas pela OMS, no ano de 2025, a população mundial terá um bilhão de pessoas com mais de 60 anos. Verifica-se que na medida em que a população envelhecer, as doenças crônicas aumentarão. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>7</sup>:

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2004/pr60/en/>, acesso em 26 de outubro de 2009.

No ano de 2004, a população mundial possuía 600 milhões de pessoas no mundo com 60 anos ou mais. Este número deverá duplicar até 2025 e chegar a 2 bilhões até 2050, a grande maioria no mundo em desenvolvimento.

Com mais de 6 bilhões de pessoas, a população mundial aumenta anualmente em 75 milhões, sendo que metade tem menos de 25 anos de idade. Jovens entre 15 e 24 anos somam um bilhão, o que significa dizer que existem 17 jovens em cada grupo de 100. Mas o número de pessoas com mais de 60 anos, por sua vez, chega a 646 milhões, numa proporção de 1 em cada 10. Esse número ainda é acrescido todo ano em mais de 11 milhões, o que caracteriza um envelhecimento da população mundial. Conforme estimativas da ONU para o ano de 2050, a porcentagem de jovens com menos de 15 anos de idade deve diminuir de 30 para 20%, enquanto a quantidade de idosos deve crescer 22%, alcançando um total de 2 bilhões de pessoas com idade avançada.

Previsões da ONU apontam que o aumento do número de idosos será maior nos países em desenvolvimento. Com isso, está previsto que, nos próximos 50 anos, a população idosa do mundo em desenvolvimento será quadruplicada. “Considera-se como responsável pelo fenômeno os avanços na área da biomedicina, resultando no aumento considerável da expectativa de vida em vários países do mundo”. (DEMOGRAPHIC YEARBOOK, 1999. New York: United Nations, 1999 apud, IBGE<sup>8</sup>, Censo Demográfico (2000, p.12).

Em relação ao crescimento da população idosa, o Brasil ocupa a posição intermediária entre os países da América Latina, com uma população de idosos correspondente a 8,6% da população total. Observa-se que na região latino-americana encontra-se uma grande diversidade populacional idosa, constatadas no gráfico apresentados pelo IBGE, variando de 6,4% na Venezuela a 17,1% no Uruguai. Já as populações européias apresentam

---

8

Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>, acesso em 30 de outubro de 2009.



proporções mais elevadas, representando aproximadamente 1/5 da população de seus países.

Conforme dados da ONU<sup>9</sup>, tem-se um aumento significativo na expectativa de vida da população. Entre 1950-1955 a expectativa era de 46,5 anos, já no período de 1995 até 2000, passou para 65 anos. O Brasil acompanhou essa evolução, estando sempre um pouco acima da média mundial: 50,9 anos em 1950-55, e 67,2 em 1995-2000 - mas um pouco abaixo da média da América Latina (de 51,4 a 59,3 anos). A diferença entre os países mais e menos desenvolvidos vem diminuindo: de uma distância de 25,2 anos entre as expectativas de vida dos dois grupos em 1950-55 (41 contra 66,2 anos), a diferença caiu para 12 anos, menos da metade (62,9 contra 74,9). Na verdade, essa queda é inevitável, dada a tendência de envelhecimento global, pois as expectativas de vida dos países muito velhos crescem menos naturalmente. O recordista de expectativa de vida é o Japão, com 80,8 anos.

De acordo com a OMS<sup>10</sup>, no ano de 2025, a população de idosos do Brasil passará para 14% do total.

O mais importante é que este envelhecimento é muito mais rápido do que o sucedido em países industrializados como a França, a Alemanha, o Canadá e o Japão. Nós estamos envelhecendo sem sermos ricos e os países desenvolvidos envelheceram depois de terem enriquecido. Este é o desafio, como preparar um país que ainda tem a atitude de ser jovem, mas já está envelhecendo e que em 19 anos terá dobrado a proporção de idosos de 7% para 14%, o que a França levou 115 anos para atingir. Em uma geração, estamos alcançando os parâmetros europeus sem, nem de longe, termos os recursos. Ainda tentamos importar os modelos de países desenvolvidos, como se eles fossem dar certo aqui.

Com isso, há necessidade do Brasil repensar as políticas relativas ao envelhecimento populacional, buscando alternativas para garantir às pessoas

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env16.htm>, acesso em 30 de outubro de 2009.

idosas acesso digno às políticas e programas sociais. Existe a necessidade de pensar no problema do sistema previdenciário, pois o aumento da população idosa acarretará o aumento dos aposentados. Segundo dados divulgados pela ONU, de 1995 a 2000, o número de pessoas com mais de 60 anos no Brasil aumentou em 17,5% (um aumento de quase 2 milhões), enquanto a população total cresceu, de 1996 a 2000, só 8,1%. Em 2020, projeções da ONU prevêem o acréscimo de 14,2 milhões de pessoas com mais de 60 anos em relação a 2000, perfazendo 13,1% da população total.

Segundo dados do IBGE<sup>11</sup>, o Brasil vem diminuindo gradativamente a taxa de fecundidade, fato que teve início nos anos 1960, através da introdução dos métodos anticoncepcionais orais no país, sendo isso verificado nas quedas de natalidades nos anos que sucederam. Dos anos de 1950-1960 a taxa de crescimento populacional recuou de 3,04% ao ano para 1,05% em 2008.

Segundo as estimativas do IBGE para o ano de 2050, a taxa de crescimento será de -0,291%, representando uma população brasileira de 215,3 milhões. O país apresentará um potencial crescimento populacional até 2039, fase em que se espera que a população atinja o chamado “crescimento zero”. Daí decorrem registros de população com crescimento negativo, correspondendo à queda no número da população.

A tabela<sup>12</sup> a seguir traz uma projeção da população do Brasil, por sexo e idade para o período de 1980 – 2050, uma abordagem demográfica para estimar o padrão histórico nos censos demográficos e contagem da população. As informações se referem à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – realizada de 2002 a 2006, a qual demonstra a recente e a futura fecundidade nacional. A Hipótese é que o limite de filhos se estabiliza em 1,5 filhos por mulher. Isto é decorrente dos métodos anticoncepcionais e das

---

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/view\\_news.php?id=3315](http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=3315), acesso em 30 de outubro de 2009.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=1272](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1272), acesso em 30 de outubro de 2009.

transformações ocorridas na sociedade, com a inclusão da mulher no mundo do trabalho, resultando em transformações familiares.

Anos	População
1980	118.662.549
1991	149.094.266
2000	171.279.882
2010	193.252.604
2020	207.143.243
2030	216.410.030
2040	219.075.130
2050	215.287.463

**Tabela 1:** Projeção da população do Brasil por década 1980 – 2050.

**Fonte:** IBGE – PNAD (2007)<sup>13</sup>

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - PNAD (2007), divulgada pelo IBGE, reafirma a tendência de envelhecimento da população, verificada nos últimos anos. Na análise feita de 2006 para 2007, observou-se que o contingente da população de 40 anos de idade ou mais cresceu 4,2%, enquanto o grupo mais jovem, de 0 a 14 anos, apresentou redução de 0,7%. Ainda de acordo com os dados do IBGE, esse comportamento se repete em todas as regiões, com exceção da região Norte onde, na faixa etária de 0 a 14 anos, foi registrado um crescimento de 1,3%. Verificou-se que as cidades de Roraima e Amapá registraram os maiores percentuais de pessoas de 0 a 4 anos, chegando a 10,9%. As menores taxas foram nos estados das regiões Sudeste e Sul: Rio de Janeiro (5,7%), São Paulo (6,3%), Santa Catarina (6,1%) e Rio Grande do Sul (6,3%).

<sup>12</sup>

Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=1272](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1272),  
 acesso em 30 de outubro de 2009.

<sup>13</sup>

Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=1272](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1272),  
 acesso em 30 de outubro de 2009.

De acordo com a PNAD (2007), a proporção de pessoas com 60 anos ou mais no país aumentou de 9,9% em 2005, para 10,2% em 2006. O maior registro encontra-se no Rio de Janeiro, com percentual de pessoas nesta faixa etária de 14,1%. O menor índice foi registrado em Roraima, 4,3%. Santa Catarina apresentou um percentual de 10%. Veja na tabela a seguir:

<b>Unidade de Federação</b>	<b>% Pessoas com 60 anos ou mais</b>
Amazonas, Roraima e Amapá	4,3 a 6
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Distrito Federal	6 a 8
Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo	8 a 10
Piauí, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina	10 a 12
Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul	12 a 14,1

**Tabela 2:** Porcentagem da População Idosa nas regiões brasileiras.

**Fonte:** IBGE – PNAD (2007)<sup>14</sup>

O aumento da taxas de envelhecimento no país está relacionado a alguns fatores decorrentes das transformações da sociedade capitalista atual, como o declínio da taxa de natalidade através da inclusão de métodos anticoncepcionais, maior participação da mulher no mercado de trabalho, com aumento na participação no nível educacional, entre outros.

Em 14 de agosto de 2009, o IBGE<sup>15</sup> divulgou estimativas de população para os municípios brasileiros, sendo que o total da população nacional está

<sup>14</sup>

Disponível

em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/sintesePNAD2008.pdf>, acesso em 09 de novembro de 2009.

em 191.480.630 milhões de habitantes, distribuídos em 5 regiões. Desses, 5.866.252 milhões de habitantes estão em Santa Catarina<sup>16</sup>, distribuídos em 293 municípios. Segundo o IBGE a capital do estado, Florianópolis, possui uma população em torno de 408.161 mil habitantes, dividida em uma área de 433Km<sup>2</sup>.

O acelerado processo de envelhecimento demográfico que está passando o país não é diferente em Florianópolis.

A tabela a seguir mostra uma pesquisa realizada por Faleiros (2007) apud Ricardo José (2009) na cidade de Florianópolis, em 2007.

<b>Idade</b>	<b>Masculinidade</b>	<b>Feminino</b>	<b>Número</b>	<b>% da População</b>
60 – 64 anos	4.215	5.058	9.273	2,7
65 – 69 anos	3.068	3.934	7.002	2,0
70 – 74 anos	2.251	3.216	5.467	1,6
75 e mais	2.745	4.629	7.374	2,1
<b>Total</b>	<b>11.979</b>	<b>19.837</b>	<b>28.816</b>	<b>8.4</b>

**Tabela 3:** Número e porcentagem de idosos por sexo – Florianópolis.

**Fonte:** IBGE – PNAD (2009) (2009)<sup>17</sup>

Com isso, percebe-se a expressiva presença de pessoas idosas na sociedade atual, representando 8,4% do total da população florianopolitana. Segundo dados do IBGE (2000), a taxa está próxima da média nacional, que é de 8,5%, sendo que 58,43% desses são mulheres.

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf), acesso em 31 de outubro de 2009.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>, acesso em 31 de outubro de 2009.

<sup>17</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf), acesso em 31 de outubro de 2009.

Diante desse contingente populacional de idosos, há necessidade de investir no seu protagonismo e garantir seus direitos, como meio de garantir oportunidades de participarem ativamente da vida social. Com relação à expectativa de vida em Florianópolis, ela é relativamente elevada, sendo de 72,81 anos. Isso é verificado na tabela anteriormente apresentada, onde a maior porcentagem de idosos está na faixa etária de 60 a 64 anos, com percentual de 2,7%, demonstrando que os idosos florianopolitanos possuem uma relativa longevidade.

Já quanto à expectativa de vida ao nascer, a região Sul vem apresentando índices acima da média nacional e das demais regiões, sendo isso verificado desde a década de 1950, como mostra a tabela:

<b>Regiões</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
<b>Brasil</b>	<b>43,3</b>	<b>48,0</b>	<b>52,7</b>	<b>62,5</b>	<b>66,9</b>	<b>70,4</b>
Norte	44,3	52,6	54,1	60,8	66,8	69,5
Nordeste	35,9	40,0	43,3	58,3	62,9	67,1
Sudeste	48,0	53,1	57,4	64,8	68,8	72,0
<b>Sul</b>	<b>52,7</b>	<b>57,5</b>	<b>60,0</b>	<b>66,0</b>	<b>70,3</b>	<b>72,8</b>
Centro-oeste	50,3	52,9	57,6	62,9	68,4	71,7

**Tabela 4:** Relativa à expectativa de vida nas regiões brasileiras.

**Fonte:** IBGE<sup>18</sup>, Censo Demográfico (2000, p. 2).

O gráfico a seguir refere-se ao grau de escolaridade média dos idosos, evidenciando diferenciação entre as Unidades da Federação, comparando-se o índice nacional que é de 3,4 anos de estudo.

<sup>18</sup>

<b>Brasil</b>	<b>3,4</b>
Distrito Federal	6,0
Rio de Janeiro	5,4
São Paulo	4,4
Rio Grande do Sul	4,1
Santa Catarina	3,7
Paraná	3,2
Minas Gerais	3,1
Espírito Santo	3,1
Mato Grosso do Sul	2,8
Amazonas	2,7
Goiás	2,7
Pará	2,6
Amapá	2,6
Pernambuco	2,5
Mato Grosso	2,5
Roraima	2,4
Ceará	2,1
Rio Grande do Norte	2,1
Sergipe	2,1
Acre	2,0
Bahia	2,0

Rondônia	1,9
Paraíba	1,9
Alagoas	1,9
Piauí	1,6
Tocantins	1,5
Maranhão	1,5

**Tabela 5:** Média de anos de estudo das pessoas de 60 anos ou mais de idade responsáveis pelo domicílio, segundo as Unidades da Federação – 2000.

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico (2000, p.22).

O próximo gráfico identifica a média de anos de estudos dos idosos responsáveis, que também é diferenciada entre as Unidades da Federação.

<b>Florianópolis</b>	<b>7,2</b>
Porto Alegre	7,1
Rio de Janeiro	6,9
Vitória	6,6
Curitiba	6,2
Belo Horizonte	6,1
Brasília	6,0
São Paulo	5,7
Recife	5,6
Salvador	5,6
João Pessoa	5,3
Belém	5,1



Goiânia	4,9
São Luís	4,7
Fortaleza	4,7
Aracajú	4,7
Natal	4,6
Cuiabá	4,5
Maceió	4,3
Campo Grande	4,3
Manaus	4,0
Teresina	3,5
Palmas	3,4
Macapá	3,2
Porto Velho	3,1
Boa Vista	3,1
Rio Branco	2,7

**Tabela 6:** Média de anos de estudo das pessoas de 60 anos ou mais de idade responsáveis pelo domicílio, segundo os municípios das capitais – 2000

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico (2000, p. 22).

Verifica-se a diferença nos municípios das capitais, em que a média é bem superior, como, por exemplo, em Florianópolis, onde os idosos apresentam média de 7,2 anos de estudo, enquanto no Rio Branco a média é de 2,7 anos de estudo. É interessante destacar que as Unidades da Federação das regiões Nordeste e do Norte, onde a população rural tem mais expressão, a média de estudos na capital é bastante superior. No estado do Maranhão, a escolaridade média dos idosos é extremamente inferior à média encontrada na capital São Luís: 1,5 contra 4,7. (IBGE, 2000, p. 22).

A capital de Santa Catarina é referência nacional em qualidade de vida, assim, os dados anteriores explicam o número expressivo de pessoas idosas que, ao se aposentarem, migram para Florianópolis.

### **1.3 Estratégias e ações internacionais e nacionais para enfrentamento das questões relativas ao envelhecimento**

O acelerado processo de envelhecimento trouxe preocupações para todos os países, no âmbito social, econômico, político e cultural. Decorre disso a Assembléia Mundial sobre o envelhecimento, onde foi aprovado o Primeiro Plano Internacional para o Envelhecimento, realizado em 1982, na cidade de Viena. A Assembléia promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU foi o primeiro instrumento internacional a tratar do processo de envelhecimento, elaborando entendimentos e formulações de políticas e programas, com ações referentes a esta temática, apresentando soluções aos desafios encontrados ao se defrontarem com o progressivo aumento do número de idosos. No Plano constavam 7 áreas prioritárias para o envelhecimento: saúde e nutrição, proteção e consumidores idosos, habitação e ambiente, família, bem-estar social, segurança e emprego, e educação. A partir desse encontro, foram desencadeadas novas discussões sobre as questões do idoso.

O Plano de Viena corresponde ao primeiro instrumento internacional a cuidar do envelhecimento, guiando entendimentos e formulação de políticas e programas, representando um marco para a formação da consciência universal de atenção ao longo. (SILVA, 2007, apud VIVAN, 2007, p. 21).

Cabe destacar que até 1982 não existia uma convenção internacional dos direitos da pessoa idosa. A emergência do tema surge devido ao expressivo aumento desta população, sendo que através do Plano abre espaços para a afirmação dos direitos deste segmento populacional, além da busca de mecanismos para coibir violações dos mesmos. O plano de ação contém 62 recomendações, entre as quais, muitas com relevância direta para o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, sendo a base da Política voltada para a pessoa idosa em âmbito internacional.

Segundo informações divulgadas pela ONU<sup>19</sup>, em 1991, em Assembléia Geral, aprovaram-se os princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas, dividindo-os em cinco seções:

1. Independência – inclui o acesso à alimentação, à água, à habitação, ao vestuário e aos cuidados de saúde adequados. Direitos básicos a que se acrescentam a oportunidade de trabalho remunerado e o acesso à educação e à formação.

2. Participação – entende-se que as pessoas idosas deveriam participar ativamente na formulação e na aplicação das políticas que afetem diretamente o seu bem estar e poder partilhar os seus conhecimentos e capacidades com as gerações mais novas. Bem como formar movimentos e associações.

3. Cuidados – afirma que as pessoas idosas deveriam beneficiar-se dos cuidados da família, ter acesso aos serviços de saúde, gozar os direitos humanos e liberdades fundamentais, quando residam em lares ou instituições onde lhes prestem cuidados ou tratamento.

4. Auto-realização – Os “princípios” afirmam que as pessoas de idade deveriam poder aproveitar as oportunidades de desenvolver plenamente o seu potencial, mediante o acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade.

5. Dignidade – na seção Dignidade afirma que as pessoas idosas deveriam poder viver com dignidade e segurança, e libertas da exploração e maus tratos físicos ou mentais; serem tratadas dignamente, independente da idade, do sexo, da raça ou da origem étnica, da deficiência, da situação econômica ou qualquer outra condição, e serem valorizadas independentemente da sua contribuição econômica.

Para favorecer o entendimento sobre a evolução dos direito do idoso no Brasil, é necessário entender como a sociedade brasileira vem enfrentando as questões relativas ao envelhecimento ao longo de sua história, através das constituições.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/3/idoso/marco.htm>, acesso em 22 de setembro de 2009.

A primeira Constituição Republicana de 1891 se refere à velhice em seus art. 75 e art. 6º. O primeiro faz referência à possibilidade de aposentadoria do servidor público somente por invalidez e não por idade. O segundo, nas disposições transitórias, aborda a questão da aposentadoria por tempo de serviço, para magistrados com mais de 30 anos de serviço público. (AGUSTINI, 2003, p. 93)

Em 1934, a terceira Constituição Federal tratou do assunto através do art. 121 §1º, no qual admite que a legislação do trabalho deve garantir assistência previdenciária, mediante contribuição igual da União, ao empregador e ao empregado, a favor, inclusive, da velhice.

A Constituição de 1937 não alterou a abordagem da Constituição anterior. As Constituições de 1946 e 1967 também não alteraram, “não encararam como problemática social relevante e nem como direito humano fundamental”. (AGUSTINI, 2003, p. 93).

As referidas Constituições não tratavam da velhice em si, nem mesmo a tratavam como um direito, e também não previam nenhum tipo de proteção. As Constituições de 1946 e 1967, diz que aos trabalhadores que, ao alcançarem a faixa etária, teriam previdência social em função da contribuição da União, dos empregadores e empregados.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco no reconhecimento do idoso enquanto cidadão de direitos, tratando da questão dos idosos e da velhice em diversos dispositivos. Cabe ressaltar o conceito de Seguridade Social, o qual assegura os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social, destacando a ampliação da cidadania, com caráter universalizante. A proteção social responsabiliza o poder público e a sociedade pelo desenvolvimento das ações relativas à Seguridade Social. Segundo o Art. 194 “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

---

Segundo Agustini, a Constituição Federal de 1988 pela primeira vez elaborou um texto constitucional de uma forma objetiva, demonstrando a preocupação com a velhice, abordando questões que tratam dos assuntos relacionados aos idosos e a velhice, conforme explicitado em diversos dispositivos constitucionais.

Sobre a questão da saúde, essa Constituição define no Art. 196 como sendo um direito de todos e dever do Estado, o qual deve garantir por meio de políticas sociais e econômicas, com vistas à redução da doença, garantindo o acesso universal e igualitário às ações, com ações de serviços na promoção, proteção e recuperação.

No que se refere à Previdência Social, o texto base da Constituição preconiza em seu art. 201- “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei”.

Quanto à Assistência Social, será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social. O Art. 203 se refere aos aspectos relativos ao envelhecimento, destacando os seguintes objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Segundo Haddad (2000 apud VIVAN, 2007), de acordo com os objetivos que destina a Seguridade Social, seria possível observar avanço na condição de vida dos idosos, pois através da Constituição de 1988 configuraria uma nova organização das políticas sociais.

Em relação aos Direitos de Personalidade, Agustini (2003) procura esclarecer o que Silva (2000) e Costa Pereira (1997) entendem sobre a proteção ao idoso contida na Constituição de 1988. Para Silva (2000), a proteção ao idoso é vista como um direito social, já para Costa Pereira (1997), como um Direito de Personalidade<sup>20</sup>. O surgimento dos direitos sociais decorre de um processo de passagem de um homem genérico, sendo homem enquanto homem, para um homem específico, levando em consideração sua diversidade, bem como critérios variados de diferenciação como sexo, idade, e condições de saúde. Com isso, Bobbio adverte:

A mulher é diferente do homem; a criança, do adulto; o adulto, do velho; o sadio, do doente; o doente temporário, do doente crônico; o doente mental, dos outros doentes; os fisicamente normais, dos deficientes, etc. (BOBBIO, 1992, apud, AGUSTINI, 2003, p. 65).

Esses critérios determinam tratamento e proteção também diferenciados em função de sua situação. Em decorrência disso, as situações produzem desigualdades, necessitam muitas vezes de correção e devem ser tratadas desigualmente. Com isso, segundo:

Podemos dizer que os direitos sociais, como dimensão dos Direitos Fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade. (Silva 2000 apud Agustini, 2003, p. 65)

---

<sup>20</sup> Considera-se Direito de Personalidade os direitos reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções na sociedade, previstos no ordenamento jurídico exatamente para defesa de valores inatos no homem, como a vida, a higidez física, a intimidade, a honra, a intelectualidade e outros tantos. (BITTAR, 2000, apud, AGUSTINI, 2006, p. 77).

No ano de 2002 aconteceu na cidade de Madri, na Espanha, a II Assembléia Mundial sobre Envelhecimento<sup>21</sup>. Nesse evento foram abordados os problemas relacionados aos idosos do mundo, sendo elaborado um documento que deu origem ao Plano Internacional para Envelhecimento. O Plano incentiva os governos a buscarem alternativas para os desafios do século XXI: o rápido envelhecimento da população em quase todos os países. Entre as recomendações do Plano de Ação de Madri, os governos deveriam rever suas políticas para o envelhecimento, na busca pela equidade entre as gerações, e promoverem a idéia de que o apoio e a solidariedade entre as gerações seria o meio para promover o desenvolvimento social. Segundo o site pesquisado, os objetivos do Plano de Madri são os seguintes:

Garantir que as pessoas idosas realizem plenamente seus direitos, que consigam envelhecer com segurança e sem estarem sujeitas à pobreza, que participem plenamente na vida econômica, política e social e que tenham oportunidades de continuar o seu processo de desenvolvimento. A eliminação da violência e da discriminação de que são alvos os idosos, a igualdade entre os sexos, a importância vital da família, os cuidados de saúde e a proteção social das pessoas idosas.<sup>21</sup>

O Brasil posterior aos Planos Internacionais sobre Envelhecimento buscou adaptar-se com as recomendações da ONU, assim como as demais nações. Primeiro em 1988, com a Constituição Federal, através da Seguridade Social, já mencionado anteriormente. Posteriormente com a lei nº 8.842<sup>22</sup>, de 4 de janeiro de 1994, instituindo a Política Nacional do Idoso que cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. A Lei é decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em exercício, Itamar Franco. Cabe destacar a finalidade dessa Lei:

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/3/idoso/marco.htm>, acesso em 22 de setembro de 2009.

<sup>22</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8842.htm)-, acesso em 07 de outubro de 2009.

Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.

No que concede aos princípios e finalidades, a Lei nº 8.842, responsabiliza a família, a sociedade e o Estado por garantir e assegurar ao idoso todos os seus direitos de cidadão. Busca-se integrá-lo na comunidade como agente participativo, na defesa de sua dignidade, sem discriminação de qualquer natureza, na busca do seu bem-estar e direito a vida. Considera-se que o processo de envelhecimento diz respeito a toda a sociedade, e esta deve promover conhecimento e disseminar informações para melhor compreender os cidadãos envolvidos nesta etapa da vida, buscando, assim, políticas que assegurem direitos universais na garantia da lei.

No ano de 2003 é aprovado o Estatuto do Idoso, através da Lei nº 10.741<sup>23</sup>, que veio dar suporte a Política Social voltada aos Idosos. O Estatuto é impulsionado pelos Planos Internacionais, pelas lutas de reivindicações dos idosos, e demais organizações da sociedade civil voltada às necessidades deste segmento.

O estatuto do Idoso entrou em vigor em 1º de janeiro de 2004, após 07 anos de tramitação no Congresso Nacional, demonstrando o descaso com esse segmento. Observa-se que mais de 20 milhões de cidadão brasileiros, acima de 60 anos de idade, são beneficiados pelo Estatuto, que lhes garante direitos, os quais todo cidadão idoso deve usufruir, sendo dever do Estado promover, por meio de políticas e programas sociais, o acesso a bens e serviços.

O Estatuto do Idoso trouxe alguns ganhos, como destaca Silva (2009, p.05):

---

<sup>23</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm)-, acesso em 07 de outubro de 2009.



Redução da idade dos idosos para obter o direito ao Benefício de Prestação Continuada – BPC – que passa de 67 para 65 anos (artigo 34). Além disso, o Estatuto amplia os direitos dos cidadãos com mais de 60 anos de idade, priorizando o seu atendimento no SUS – Sistema Único de Saúde, garantindo-lhe a distribuição gratuita dos medicamentos de uso contínuo, das próteses e órteses (artigo 15, parágrafo 2º), proíbe os reajustes abusivos dos planos de saúde (artigo 15, parágrafo 3º), além de instituir penas severas para quem desrespeitar, discriminar, coagir, negligenciar, abandonar ou cometer violência contra idosos (artigos 96 ao 108).

O Estatuto representou um avanço positivo nos direitos dos idosos, entretanto a dificuldade está na consolidação efetiva de tais avanços previstos nos 118 artigos.

O Estatuto surge como instrumento de defesa e garantia dos idosos acima de 60 anos. No entanto, as discriminações e violências praticadas contra a pessoa idosa, provavelmente não serão eliminadas pelo Estatuto, mas percebe-se que aos poucos a sociedade vai se transformando e as pessoas tomando consciência dos direitos dos idosos e respeitando-os como protagonistas de suas histórias, como partes integrantes da transformação social. Nas classes menos favorecidas economicamente, percebe-se uma maior restrição quanto à efetivação dessas resoluções, devido a vários fatores, entre os quais o desconhecimento geral sobre seus direitos preconizados pelo Estatuto, impedindo esses cidadãos de exercerem efetivamente sua cidadania.

Cabe destacar o artigo 3º do Estatuto do Idoso:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Neste artigo, fica evidente a intenção do Estado em responsabilizar a sociedade e a família por garantirem os direitos, a promoção e o acesso de políticas e programas sociais. Cabe destacar que existe uma distância entre o que garante o Estatuto e o que de fato ocorre. O governo, a sociedade e a família, de modo geral, não oferecem condições que assegurem qualidade de vida para essa população, principalmente o governo que, através de suas políticas de reformas, vem reduzindo direitos sociais já conquistados. Nessa perspectiva de Estado mínimo, evidencia-se a responsabilização dos cidadãos e da família pelo seu próprio bem-estar, fazendo com que estes busquem mecanismos próprios para ter acesso a bens e serviços. Observa-se a desresponsabilização do Estado no cumprimento dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, e do Estatuto do Idoso, entre outras leis.

É importante destacar que grande parte dos direitos conquistados em leis jamais foram efetivados para a grande maioria da população brasileira, bem como para os idosos. O seu acesso a direitos geralmente se defronta com a “limitação na sua efetivação”, seja por recursos financeiros ou estruturais que justificam tal ocultação do direito. Isso se observa no artigo 39, que assegura aos maiores de 65 anos a gratuidade nos transportes coletivos e públicos, sendo estes alternativos, urbanos e semi-urbanos. Mas o mesmo não ocorre quando se diz respeito ao transporte coletivo intermunicipal e interestadual. Observa-se o inciso de que rege o Estatuto do Idoso, em seu Art. 40:

I – A reserva de duas vagas gratuitas para idosos por veículo;

II – Desconto de 50% (cinquenta por cento) no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.

Dessa forma, vê-se que muitas vezes o direito é negado, por omissão de informação das próprias empresas prestadoras de serviços ou por falta de conhecimento dos idosos de seus direitos.

Outra forma de contradição é verificada na consideração do que seja idoso e do que se efetiva. Segundo Silva (2009, p.05):

Nossas legislações consideram como idoso, a pessoa com 60 anos ou mais de idade, entretanto o direito ao transporte coletivo gratuito é destinado apenas para idosos com 65 anos ou mais de idade, igualmente para o direito ao BPC, o que parece ser no mínimo um contrasenso, legalmente é idoso, mas não tem direito ao benefício.

Estes são alguns dos limites verificados na efetivação dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, o qual considera como idoso as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, entretanto, para ter acesso a alguns direitos e benefícios, há alteração na idade, conforme esclareceu Silva (2009).

Diante do exposto é inegável o evidente avanço brasileiro no campo das leis que preconizam direitos sociais, a exemplo do Estatuto do Idoso (e outros: Constituição Federal de 1988, ECA, etc), entretanto o grande desafio é viabilizar sua efetivação e acesso a toda a população brasileira.

## **2 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC**

Esta segunda seção apresentará o resgate histórico do Serviço Social do Comércio - SESC, em nível nacional e local, articulado ao respectivo cenário histórico brasileiro. Também abordará a atuação profissional do Assistente Social nesta instituição, mais especificamente na assistência nos grupos de idosos. Na sequência, apresentará a pesquisa com 14 idosos inseridos nos grupos de convivência do SESC – Prainha – Florianópolis. A pesquisa buscou investigar, refletir e analisar as causas que levaram os idosos a constantes ausências nos encontros dos referidos grupos, durante o período de março a julho de 2009.

## 2.1 Resgate Histórico do Surgimento Serviço Social do Comércio (SESC)

O início do século XX é marcado por inúmeras transformações na sociedade capitalista. O mundo se modifica com novas formas de organização do trabalho, pois, desde o final do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, vem se alterando a estrutura econômica, social, política e cultural da sociedade mundial. Em meados do século XX, a luta pela hegemonia mundial possibilitou o desenvolvimento de duas grandes guerras mundiais, deixando rastros de destruição em vários povos do mundo.

Em setembro de 1945<sup>24</sup>, com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava se reorganizando e se dividindo, uma nova ordem internacional estaria se instalando. Neste contexto, os governos buscam se organizar visando à paz, além da reorganização de suas economias através de diferentes formas de desenvolvimento econômico. Ocorre neste período o início da Guerra Fria, onde o mundo passa a ser dividido em duas superpotências rivais<sup>25</sup>, instalando uma nova ordem aos povos<sup>26</sup>.

Segundo Abreu (1990, p. 103), o cenário brasileiro neste período estava voltado para fortes reorientações da política norte-americana, a qual buscava apoio nos governos latino-americanos que não haviam sido eleitos por voto popular. Enquanto no final da década de 1930 e nos anos iniciais da guerra o governo brasileiro era visto em Washington como “uma ditadura mais

---

<sup>24</sup> A Segunda Guerra Mundial teve início em setembro de 1939, quando o exército alemão cruzava a fronteira e invadia a Polônia. O Presidente da época Adolfo Hitler, exigia a incorporação da região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, alegava que existia na área uma grande quantidade da população alemã. A Guerra representou um rastro de destruição nos povos europeus. Após inúmeras conquistas do povo alemão e aliados, este é derrotado quando tenta ocupar a cidade de Stalingado na União Soviética. A rendição do governo alemão ocorreu em maio de 1945. Mas, o fim da Guerra só é declarado em 2 de setembro do mesmo ano, com a assinatura da ata de rendição do Japão. Isto ocorreu após os Estados Unidos lançarem duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki. (SCHMIDT, 2005, p 576-592).

<sup>25</sup> Os Estados Unidos da América e a União Soviética (meio europeia/meio asiática). Os dois países do planeta possuíam a maior produção econômica e também a maior força militar da época. (SCHMIDT, 2005, p. 593).

<sup>26</sup> A URSS (União das Repúblicas Soviéticas) liderava o novo Bloco Socialista, e os Estados Unidos que lideravam o Bloco Capitalista. (SCHMIDT, 2005, p. 593).

aceitável do que outras”, depois de 1943 as preocupações quanto à falta de democracia interna tornaram-se evidentes. Observavam-se novas tendências do governo norte-americano, no sentido de apoiar uma solução “liberal” no Brasil que removeesse as contradições entre o regime político autoritário e a política externa. Uma sucessão “liberal”, a política que circulava estaria na adoção de políticas econômicas mais alinhadas com os interesses norte-americanos. O apoio norte-americano foi importante no processo de desestabilização da ditadura varguista que culminaria na sua deposição do cargo.

Ainda de acordo com o autor, é neste contexto, com forte agitação da política interna, que Getúlio Vargas, buscando redefinir as bases políticas do regime em 1944 – 1945, absorve os segmentos mais radicais do cenário político nacional. O fracasso destas tentativas e a consequente deposição de Vargas no final de 1945 devem ser considerados no quadro de reorientação da política norte-americana relativa ao Brasil no final da guerra. A eleição de um novo governo, que provou ser menos apto a ter dúvidas quanto à necessidade de respeitar os compromissos implícitos e explícitos assumidos pelo Brasil em relação aos Estados Unidos, marcou, na verdade, o início de um longo período de hegemonia econômica e política dos interesses norte-americanos no Brasil. Esses desenvolvimentos corresponderam ao coroamento da política dos Estados Unidos em relação ao Brasil na década de 30 e nos anos iniciais da guerra, ao enfatizar a importância dos objetivos estratégicos.

Segundo Braz (2008, p. 15-16), em maio de 1945, representantes da indústria, do comércio e da agricultura encontram-se na cidade de Teresópolis – RJ e realizaram a I Conferência das Classes Produtoras – CONCLAP, tendo por objetivo mudar a forma significativa da relação entre patrão e empregado. Desse encontro originou-se a Carta da Paz Social, que refletia o pensamento do empresariado nacional da época, trazendo o conceito inédito de serviços sociais custeados pelas classes patronais. Na proposta da carta, o empresariado propunha tomar em suas mãos uma parcela da assistência social. Após 04 meses da realização da I CONCLAP, foi criada a Confederação Nacional do Comércio - CNC, que era a associação sindical patronal de âmbito nacional.

Art. 1º - Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (SESC), com a finalidade de planejar e executar, direta e indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade. 1º - Na execução dessas finalidades, o Serviço Social do Comércio terá em vistas, especialmente, a assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte); providências no sentido da defesa do salário real dos comerciários; incentivos à atividade produtora; realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem, pesquisas sociais e econômicas. (BRANDÃO, 1997, p. 33).

A CNC foi fundada no Rio de Janeiro em setembro de 1945, reconhecida pelo decreto nº 20.068 de 30 de novembro de 1945. O país vivia um processo de redemocratização, o então presidente Getúlio Vargas tinha sido afastado em outubro de 1945 pelo militares, sendo realizadas eleições e eleito o presidente general Eurico Gaspar Dutra. Logo que assume a presidência, Eurico convoca uma assembléia constituinte, redemocratizando o país. Considera-se, como meio de desenvolver a economia nacional, três elementos básicos: o avanço da industrialização, a urbanização acelerada e o sensível crescimento demográfico. Foi a partir do Governo Vargas que o Estado passa a interferir fortemente na economia, sendo um dos principais promotores da industrialização e do crescimento econômico, através do desenvolvimento da Indústria brasileira. O empresariado ciente do papel do Estado no quadro das transformações estruturais que deveriam ser introduzidas no sistema produtivo do país, pronunciou-se contra a interferência direta do mesmo na economia, confiando-lhe a tarefa de agente regulador das atividades produtivas. Em suma, o Estado da era Vargas, autoritário, centralizado e intervencionista, deveria ser substituído por um Estado Liberal, preocupado com a manutenção da paz social e a garantia da estabilidade econômica. (LAMARÃO; ARAÚJO, 1994, apud, BRAZ, 2008, p. 16).

Em janeiro de 1946, toma posse do CNC João Daudt d' Oliveira, que era presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e também

da Federação das Associações Comerciais do Brasil (FACB). Foi eleito em dezembro de 1945, após 03 meses de fundação do CNC, sendo que durante a cerimônia de posse, Daudt leu a Carta da Paz Social. Sendo um de seus trechos:

Os Empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar precipuamente de uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança. Para apressar um tal resultado, e como medida preliminar, reconhecem a necessidade de assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro; para isso é indispensável promover o aumento da renda nacional e sua melhor e vasta distribuição, com o melhor aproveitamento dos recursos do país. (CARTA DA PAZ, 1971, *apud* BRANDÃO, 1997, p. 10).

Segundo Brandão (1997), a Carta da Paz trazia como propósito o estreitamento entre empregado e empregador, com exercício livre e estável de suas atividades, bem como existência digna com crescente participação na riqueza produzida. Seu compromisso era:

1 – A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados essenciais aos objetivos da felicidade social e a dignidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional. 2 – O capital não deve ser considerado apenas instrumento de lucro, mas, principalmente, meio de expansão econômica e bem estar coletivo. O trabalho é um direito de cada um a participar na vida social e um dever de para ela contribuir com o melhor de suas aptidões, assegurando aos trabalhadores um salário que lhes garanta uma existência digna, sã e eficiente. (BRANDÃO, 1997, p.10).

Em 13 de setembro de 1946, o Presidente General Eurico Gaspar Dutra assina o decreto Lei nº 9.853, na cidade do Rio de Janeiro, criando o Serviço Social do Comércio – SESC, tendo como primeiro presidente da instituição a cargo de João Daudt d’ Oliveira. Os recursos do SESC vinham das contribuições exclusivas dos empregadores, cabendo ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a aprovação do regulamento e a fiscalização das atribuições da Entidade. (BRANDÃO, 1997, p. 11).

De acordo com Brandão (1997), a organização do SESC contava com uma Administração Nacional, sendo as deliberações tomadas no Conselho Nacional, com um Departamento Nacional, que era um órgão executivo, e Conselho Fiscal. Também contava com as Administrações Regionais e cada uma com um Conselho e Departamento. Quanto ao seu funcionamento, o SESC não deveria interferir nas atribuições do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes – IAPC<sup>27</sup>, sendo este um órgão oficial da presidência, também não podia agir na área de outros institutos ou instituições governamentais. Cabia ao SESC encontrar seu campo próprio para não ser desmobilizado ou mesmo absorvido por alguma autarquia, em decorrência de pressões ou interesses políticos. No IAPC, o SESC atuou onde este se mostrava deficitário, inexistente ou omissos, isto é, abrangendo as áreas de assistência à maternidade, assistência à infância e combate à tuberculose. Com o tempo, a entidade foi descobrindo novos espaços de atuação.

---

<sup>27</sup> As Caixas de Aposentadoria e Pensões instituídas pela chamada Lei Elói Chaves, de janeiro de 1923, beneficiavam poucas categorias profissionais. Após a Revolução de 1930 (ver FONTOURA, João Neves da, *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*, Porto Alegre, Editora Globo, 1963), o novo Ministério do Trabalho incorporou-as e passou a tomar providências para que essa garantia trabalhista fosse estendida a um número significativo de trabalhadores. Dessa forma, foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) em junho de 1933, ao qual se seguiam os dos Comerciantes (IAPC) em maio de 1934, o dos Bancários (IAPB) em julho de 1934, o dos industriários (IAPI) em dezembro de 1936, e os de outras categorias profissionais nos anos seguintes. Em fevereiro de 1938, foi criado o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE). Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), constituíram-se num marco da política pública brasileira, pois, dessa forma, o Estado passou a intervir na questão social. Esses órgãos eram tripartites, organizados por categorias profissionais e tinham natureza corporativa. Em todos os IAPs era unânime e concessão de aposentadorias e pensões, os demais serviços (na área da alimentação, habitação e saúde) dependiam dos recursos de cada um. A presidência desses institutos era exercida por pessoas livremente nomeadas pelo presidente da República). (BRAZ, 2008, p. 18).



O cenário brasileiro na década de 1950 é agitado. Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, sua nova fase nacionalista é culminada com a criação da Eletrobrás e da Petrobrás, trazendo o slogan “O Petróleo é Nosso”. Neste mesmo ano, foi contida a remessa de lucros para o exterior e criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. As condições de vida do operariado eram cada vez piores, as greves eram constantes. Ainda nesse ano, na cidade de Bertioga - SP, ocorreu a Convenção Nacional dos Técnicos do SESC, definindo-se que educação e recreação seriam prioridades para os próximos anos. O Programa Geral de Ação que norteou a Convenção de 1951, propunha “articulação do plano nacional com os planos regionais, de modo a atender peculiaridades locais, sem perda da unidade do sistema”. A sociedade estava em constante modificações e as condições de vida também mudavam através da alteração de uma sociedade urbano-industrial, com novos costumes, moda, hábitos, valores e maneiras de encarar o trabalho. Os horários tornavam-se mais racionais, o tempo livre começou a crescer. Era preciso ajustar o indivíduo ao meio social, dentro de um país em transformação e com dinâmica acelerada. (BRANDÃO, 1997, p. 14).

Segundo Brandão (1997), após a Primeira Convenção Nacional de Técnicos do SESC, novas convenções sucederam, com o intuito de avaliar a ação e planejar novas atuações. Resulta disso a criação de restaurantes para comerciários e a instalação de bibliotecas circulares. Também foram abertas à comunidade em geral 20% das vagas nas atividades educativas e recreativas. Nos setores recreativos, criam-se colônias de férias e atividades culturais. Iniciam-se os Centros de Treinamento e de Cursos, destinados ao aperfeiçoamento de técnicos em Serviço Social. Por fim, a determinação da instituição de bolsas de estudos, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, como meio de suprir a carência de Técnicos em Serviço Social.

Na época do regime militar, que se instalou no Brasil no ano de 1964 e teve seu término no ano de 1985 com as “Diretas Já”, o plano geral de Ação do SESC assumiu a orientação educativa para contribuir com o bem-estar da população comerciária. Decorre deste período o surgimento das Unidades Móveis de Orientação Social – UNIMOS. Essas eram furgões equipados com os mais variados materiais para a realização de cursos, práticas esportivas,

exposições, teatro, entre outros, possibilitando que a população conhecesse o trabalho desenvolvido pela mesma. Percorriam cidades onde não existia unidade fixa do SESC, instalando-se, por um determinado período nas escolas, clubes, praças e sindicatos, realizando cursos, festas, projeção de filmes, entre outros. (BRAZ, 2008, p. 20).

O SESC, na década de 60, deu continuidade aos programas já desenvolvidos na área nutricional e de saúde, objetivando atender a população mais desfavorecida, abrindo novos restaurantes. Nesse período, a orientação educativa foi compreendida como campo de atuação a ser utilizada para transformação da realidade do ser humano. (RECH, 2006, p. 28).

Segundo Rech, nesse período, a instituição começou a desenvolver um programa na área habitacional, porém, devido ao trabalho desenvolvido ser semelhante ao do Banco Nacional de Habitação - BNH, o programa foi desativado, pois a instituição não poderia realizar atividades que se assemelhassem ao trabalho feito por institutos e instituições governamentais.

Em 1963, na cidade de São Paulo, formou-se o primeiro grupo de idosos. Com isso o SESC São Paulo tornou-se o pioneiro no Brasil a sistematizar programas de atendimento a terceira idade.

Os anos 70 são marcados pelo crescimento do país, conhecidos como a fase do “Milagre Brasileiro”, com expansão do comércio exterior, redução do déficit público e da inflação. Nesta época, realizou-se a construção de grandes obras, como a Transamazônica, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a construção civil acelerada, a fundação de Universidades, o desenvolvimento das telecomunicações e a chegada da televisão em cores. Esse desenvolvimento implica a exigência do trabalhador realizar o trabalho. Assim, o SESC buscou alternativas para que o trabalhador pudesse repor suas energias dedicadas ao trabalho. Com isso, ampliou-se o lazer, como atividades ligadas à educação física e esportivas, o esporte amador, construíram-se ginásios, piscinas, quadras, clubes campestres e colônias de férias, para o relaxamento de uma “população submetida a um processo de estrangulamento de suas condições mínimas de lazer no contexto urbano-industrial”. (BRANDÃO, 1997, p.23).

Ainda sob a presidência do General João Figueiredo, o país enfrenta um período de recessão econômica. O Produto Interno Bruto – PIB caiu, as taxas de juros internacionais subiram, a dívida externa cresceu, os juros internos também aumentaram, houve desemprego e a inflação não baixava. Em 1983, um importante movimento que mobilizou o Brasil: a Campanha pelas Diretas-Já<sup>28</sup>, influenciando partidos políticos, ideologias, tendências e pensamentos.

A década de 80 é marcada por transformações políticas, econômicas e sociais, mudando o rumo do país, sobretudo com a Constituição Federal de 1988, um marco histórico na justiça social do Brasil, fruto da mobilização social deste período de redemocratização. A Instituição SESC passa por momentos críticos de sua existência, uma vez que, para dar continuidade aos trabalhos, havia a necessidade de uma emenda popular contendo inúmeras assinaturas. Além disso, as crises econômicas prejudicavam o desenvolvimento da instituição, pois seus colaboradores visualizavam o montante de tributos exigidos das mesmas e não a relação custo-benefício, em que eles próprios seriam os grandes beneficiados. Este período também é marcado pela ampliação cultural no SESC de todo o Brasil, com shows e apresentações de artistas, sendo que, em nível regional, as manifestações culturais sempre se fizeram presentes através da preservação das expressões populares.

Segundo Braz (2008) o SESC, percebendo o processo de transformação gradual do país e a crescente conquista de espaços elaborou programações culturais. Seus eventos contavam com a participação dos melhores artistas, com espaços para os talentos iniciantes e as produções regionais.

Em 1986 foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Ação do SESC – PLANESC, destinado a

---

<sup>28</sup> Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil. Em 1984, multidões foram às ruas exigindo o direito ao voto para presidente. A Ditadura agonizava. (SCHMIDT, 2005, p. 765).

proporcionar uma orientação geral à ação, consolidando a identidade nacional da instituição e criando condições para o estabelecimento de programações mais estáveis e menos sujeitas a injunções políticas circunstanciais (BRANDÃO, 1997, p. 25).

No período da Assembléia Constituinte, o SESC passou por um delicado momento, com ameaça de extinção. Sobre isso, expõe Brandão (1997, p.25):

A cada crise econômica, as classes produtoras, diante da carga de tributos que se exige delas, se indagam a respeito da manutenção desta Entidade, às vezes acusando-a de aumentar custos, sem perceberem que na relação custo-benefício, quando se olham os números, são elas as grandes beneficiadas.

Conforme Rech, os anos 90, são marcados por inúmeros projetos criados e implementados no SESC, os quais são decorrentes da realização de diversos Planos Nacionais de Ação do Sesc - PLANESCs, que tinham por objetivo repensar o trabalho desenvolvido na Instituição. Alguns projetos deste período: Projeto SESC Pantanal – MT, Programa OdontoSESC, entre outros.

Depois de quase 30 anos, na década de 90, os brasileiros tiveram acesso ao voto direto para presidente da República, assim como também os jovens de 16 anos puderam votar pela primeira vez. Foi eleito o jovem Fernando Collor de Mello, com apenas 35 anos. Collor apresentou-se como o candidato que era “novidade política”, com o slogan “Caçador de Marajás”<sup>29</sup>. Seu governo durou pouco tempo. Denunciado por corrupção pelo próprio irmão, em 29 de setembro de 1992, depois de serem apresentados e debatidos os resultados da profunda investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, a maioria dos deputados federais concedeu licença para Collor ser

---

<sup>29</sup> Os Marajás seriam os funcionários públicos que tinham altos salários, mas os altos vencimentos podiam ser amparados pela lei. Esses eram vistos como os corruptos do Brasil, mas nem sempre eram. Collor queria se fazer passar como o governante austerio, que se recusava a perder dinheiro público e na presidência iria acabar com os privilégios. Os meios de

julgado pelo Senado, por Crime de Responsabilidade (desobediência a Constituição), sendo imediatamente afastado. Em 22 de dezembro, os senadores votaram o impeachment (impedimento) do presidente, com isso, Collor perdeu o mandato presidencial. (SCHMIDT, 2005, p. 788).

Com tantas mudanças no contexto nacional, o SESC continuou com o programa de saúde, sendo esse um dos principais focos de atuação, oferecendo serviços de medicina preventiva, educação para a saúde, atendimento odontológico e noções de higiene pessoal.

De acordo com Braz, na área de educação, desde essa época, havia recreação pré-escolar para crianças de 3 a 6 anos, supletivo de 1º e 2º graus e pré-vestibular para adultos. Cabe salientar que um serviço criado pelo SESC foi a biblioteca circulante, sendo formada por caixas de livros que percorrem, num sistema de rodízio, por postos situados em lojas, sindicatos, associações e escolas de lugares onde não há biblioteca ou sequer livraria. São as prefeituras das cidades que solicitam este serviço, entretanto, o SESC realiza um estudo para saber qual a cidade que se deve dar prioridade, que necessite de maior rapidez. A instituição procura, na medida do possível, atender todas as cidades solicitantes.

O SESC, ao longo do tempo, foi reformulando seu trabalho, adaptando-se as necessidades de cada época e acompanhando o contexto histórico para oferecer serviços de qualidade que pudessem responder as exigências do seu público alvo.

Decorrido mais de 60 anos desde a sua criação, a referida instituição está presente em todas as capitais do país e em cidades de pequeno e médio porte. Cabe salientar que em muitas cidades o SESC é a única alternativa da população quanto à prestação de serviços de educação, lazer, saúde, cultura e assistência. Possui uma estrutura descentralizada e autônoma, tanto para gestão como para criação e execução de projetos e atividades. (BRAZ, 2008, p. 24).

---

comunicação não poupavam elogios ao jovem candidato a presidência. (SCHMIDT, 2005, p. 781).

A instituição é classificada como Pública de Direito Privado, pois não depende jurídica nem administrativamente da esfera Federal, Estadual ou Municipal. O SESC se mantém através da contribuição mensal dos estabelecimentos comerciais (empresariados do comércio de bens e serviços), sendo classificada como entidade sindical subordinada à confederação Nacional do Comércio. A clientela do SESC é formada pelos trabalhadores do comércio e seus dependentes (conjugue, filhos, enteados e pais), também incluem os empregados de empresas que fazem parte da Confederação Nacional do Comércio. O SESC apresenta-se como entidade prestadora de serviço com caráter social e educativo, que atua no âmbito do “Bem Estar Social”, em suas ações diretas ou indiretas, buscando estudar, planejar e executar medidas que assegurem melhores condições de vida aos trabalhadores do comércio e de seus dependentes, incluindo atividades voltadas para o atendimento da comunidade em geral. (RECH, 2006, p. 26).

Na atualidade, o SESC atua nas áreas de assistência, saúde, educação, cultura e lazer. Desta forma, contribui para o desenvolvimento econômico e social. Através do esforço coletivo busca assegurar melhores condições de vida a todos. Os objetivos gerais do SESC são: através da ação educativa, propositiva e transformadora, fortalecer nos indivíduos a melhoria das condições de vida. Com isso, oferece serviços que possam contribuir para o bem-estar de sua clientela, bem como a melhoria da qualidade de vida, através do aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural<sup>30</sup>.

## **2.2 A Instituição SESC em Santa Catarina**

Em Santa Catarina, o SESC iniciou suas atividades em 29 de setembro de 1948, com a criação do Conselho Regional em Florianópolis, sob a presidência de Charles Edgar Moritz. Conforme a direção nacional da época, a fase inicial do SESC Florianópolis estaria voltada para a área médico-odontológica. Nos anos seguintes, outras cidades catarinenses receberiam os serviços do SESC. (BRAZ, 2008, p.25).

---

<sup>30</sup>Disponível em: <http://www.pi.sesc.com.br/o.asp>, acesso 05 de agosto de 2009.

Entre as principais atribuições do SESC Santa Catarina estão: o planejamento e a execução de ações nas áreas de Assistência, Cultura, Educação, Lazer e Saúde, com ofertas de projetos e programas, equipamentos e serviços, sendo os mesmos voltados prioritariamente à comunidade comerciária. O SESC, em seu atendimento e serviços, compreende a faixa etária que vai desde a educação infantil até a terceira idade. Os atendimentos exclusivos para os comerciários estão no setor de odontologia e da educação infantil. O atendimento exclusivo dar-se-á em decorrência da grande demanda, e também pelo alto custo do funcionamento dos serviços para a Instituição.

Com as transformações na sociedade, através do avanço tecnológico, como, por exemplo, a descoberta da cura de inúmeras doenças, foi possível ao ser humano ter um aumento significativo na expectativa de vida, causando mudanças sociais. Em 1999, o SESC - Santa Catarina repensou suas ações no campo do envelhecimento, e com isso, lançou um programa que fortalece suas atividades, unificando o trabalho das unidades operacionais em todo o estado, sem deixar de considerar as especificidades que cada realidade apresenta. Com isso, institucionalizou o Programa da Terceira Idade, no qual está inserido o Serviço Social.

### **2.3 O SESC em Florianópolis: Trabalho Social com Idosos**

Conforme Rech, no estado de Santa Catarina, o Setor de Serviço Social foi organizado em 1961, tendo espaço próprio para o desenvolvimento dos serviços.

Segundo Moraes, no ano de 1977, ainda no período do Regime Militar, o SESC passou a desenvolver, em Santa Catarina, o trabalho social com idosos. Assim, em 1978, o Centro de Atividades de Florianópolis formou seu primeiro grupo de idosos. A principal incentivadora foi a mãe de uma funcionária da instituição. Ela convidou suas amigas para formarem o grupo “A Vida Continua”. O grupo era composto por 13 membros que se encontravam

para realizar trabalhos manuais, trocar de idéias, comemorar aniversários, fazer passeios, bingos, gincanas e excursões. Em decorrência disso, houve uma procura pelos idosos para participar do grupo, gerando a necessidade de ampliar o trabalho com a criação de outros grupos.

Quanto à trajetória histórica do trabalho social com Grupos de Idosos do SESC Florianópolis, faz-se necessário a compreensão deste trabalho a nível institucional.

Em 1967, foi criado o Clube de Mães no SESC Florianópolis, que consistia num trabalho de motivação voltado às mães das crianças que participavam da recreação pré-escolar. Com o tempo o grupo foi aumentando o número de participantes e o trabalho foi se definindo, abrangia a realização de festas, visitas às participantes do grupo e integração familiar. Cabe salientar que os maridos das referidas participantes do Clube de Mães acompanhavam suas esposas até o SESC, aguardando-as até que as mesmas realizassem o encontro, eles ficavam conversando. Em decorrência disso, através da motivação da Assistente Social da Instituição, foi criado o clube de Pais, como forma de abranger a todos. (BRAZ, 2008, p. 47).

Segundo Braz (2008), os Assistentes Sociais estiveram presentes nos trabalhos realizados com grupos, praticamente desde o início da criação do SESC. Em 1951, com a realização da Convenção Nacional dos Técnicos do SESC, na cidade de Bertioga – SP, onde se estabeleceu os objetivos para a instituição para os próximos anos nos setores da educação e recreação. Com isso, o Serviço Social passou a desenvolver trabalhos com grupos nos setores do Recreativismo, Clube dos Comerciantes, Colônias de Férias e Atividades Culturais. No entanto, surgiram dificuldades para os profissionais da área, em decorrência das poucas escolas de Serviço Social existentes no país. Muitos profissionais não se sentiam qualificados para desempenhar o trabalho que lhe era solicitado. Dessa forma, o SESC passou a investir na criação de centros de treinamentos e cursos de capacitação para os Técnicos em Serviço Social, suprimindo assim a carência existente no setor de grupos.



Com o tempo, após a criação do Clube das Mães e o Clube dos Pais, houve a necessidade de unir os dois. Assim, em 1978, surgiu o primeiro Grupo de Idosos do SESC Unidade Florianópolis, com o nome “A Vida Continua”, sendo formado por casais. Com o aumento da procura para o grupo, novos grupos de convivência foram surgindo, os demais constituídos predominantemente por mulheres. Somente o grupo “A Vida Continua” era formada por casais. (BRAZ, 2006, p. 48).

Segundo Braz, os motivos que levam os idosos a procurar os grupos de Convivência do SESC estão relacionados à:

Mudança de mentalidade do idoso, que está buscando cada vez mais viver intensamente sua própria vida, realizar novos projetos e sentir-se parte integrante da sociedade, encontrar novos grupos e alternativas de participação, lazer e sociabilidade. (BRAZ, 2008, p. 48).

Com a expressiva procura dos Grupos de Convivência, no ano de 1981, a Instituição já contava com 5 grupos, sendo que a motivação para participar dos grupos dava-se predominantemente através de comunicação oral. O SESC buscou alternativas para integrar o idoso na instituição. Nesta mesma década, foi criado o Coral do SESC formado por idosos participantes dos grupos, que realizavam várias apresentações na comunidade. Em 1984, no Centro de Veraneio de Cacupé, hoje chamado Hotel SESC Cacupé, realizou-se a primeira Colônia de Férias da Terceira Idade. Este encontro teve a duração de 2 dias, sendo que, nos anos consecutivos, passou a ser realizada em 3 dias. Na mesma década, mais precisamente em 1989, foi criado o Grupo de Ginástica da Terceira Idade, que realizava atividades para integrar os idosos dos grupos. (RECH, 2006).

A instituição SESC, ao longo de sua trajetória, busca alternativas para inserir os Idosos nas diversas formas de participação social, através de vários projetos criados, entre eles: a Feira do Artesanato, do Projeto “Era uma Vez...

Atividades Intergeracionais”, implantado no ano de 1993, que tinha por objetivos estimular o estreitamento das relações entre idosos e crianças.

Os Idosos que participavam dos Grupos de Convivência realizavam a Feira do Artesanato, que durou 5 anos, até 1994. A Feira reunia em média 3.000 idosos, contando com a presença de representantes dos grupos do SESC e demais instituições participantes, vendendo artesanato nas barraquinhas. Além disso, também contava com a participação de políticos e demais autoridades. Acontecia de 3 a 4 dias no Ginásio de Esportes do SESC/Florianópolis. (BRAZ, 2008, p. 49).

Conforme destaca Braz (2008), até o ano de 1994, o SESC de Florianópolis contava com 5 grupos de Idosos, após essa data, foram criados mais 5, sendo 2 deles de grupos de casais. Com a dificuldade de infraestrutura, os grupos se revezavam realizando reuniões quinzenalmente, em virtude disso, os idosos passaram a frequentar outros grupos de idosos da sociedade. Segundo Rech:

[...] as reuniões semanais possibilitam uma maior proximidade entre os membros, a mudança na periodicidade dos encontros fez com que muitas comesçassem a participar de outros grupos, que os não existentes no SESC. RECH (2006, p.44)

Nos grupos de idosos do SESC, as atividades desenvolvidas eram trabalhos manuais, sendo aos poucos substituído por trabalhos voltados ao lazer, bingos, dominó e realização de almoços com o intuito de arrecadar recursos para seus passeios.

Outras mudanças foram ocorrendo nos grupos de idosos no SESC de Florianópolis, a exemplo da utilização de técnicas de dinâmicas de grupo que tinham como objetivo “o aumento da participação dos integrantes, o questionamento e percepção de temas específicos, fazendo com que eles iniciassem um novo momento do trabalho com Grupos de Idosos”. (RECH, 2006, p.46).

Segundo a referida autora

“novas transformações ocorreram no trabalho a ser desenvolvido com o idoso por meio de projetos do Departamento Nacional e também com a criação de projetos locais associados à realidade social que se apresentava a instituição”. (RECH, 2006, p. 48).

## 2.4 A atuação do Assistente Social no SESC

Conforme a estrutura organizacional do SESC, o Assistente Social atua no SESC através da Assistência<sup>31</sup>, tendo seu trabalho voltado para a elaboração, desenvolvimento dos projetos e atuação nos grupos da Terceira Idade, objetivando a efetivação da política institucional. O Assistente Social, dentro desta Instituição, visa favorecer, garantir e viabilizar os direitos dos usuários atendidos. Neste caso, os idosos utilizam o trabalho com grupos para desenvolver ações que contribuam na valorização do ser humano e sua integração na sociedade. (BRAZ, 2008, p. 76).

O programa da Assistência do SESC<sup>32</sup> está voltado na linha da evolução pessoal nas várias idades do homem, o espaço de diálogo do qual emerge a harmonia nas relações sociais. Sendo assim, o convívio e o aprendizado são os requisitos que a natureza humana necessita para reacender os ensinamentos do coletivo. A imagem do Programa de Assistência do SESC volta-se para a multiplicação do indivíduo na coletividade de existência.

Segundo o site institucional<sup>33</sup>, as ações do SESC no campo da Assistência consistem nos desafios da qualidade de vida compartilhada pelo

---

<sup>31</sup> A Assistência Social é concebida como uma política social pública que, inserida no tripé da Seguridade Social, junto a Saúde e a Previdência, deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social, deve prover mínimos sociais, através da integração de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades sociais básicas. (BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: nov. 2004).

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.sesc-sc.com.br/assistencia/?c=index>, acesso em 20 de outubro de 2009.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.sesc-sc.com.br/assistencia/?c=index>, acesso em 20 de outubro de 2009.

coletivo. Com isso, o SESC atua em duas linhas básicas: trabalho com grupos e ação comunitária. Com este entendimento, o Projeto SESC Cidadania, que atua diretamente na comunidade, contribui para o desenvolvimento e estimula o seu processo emancipatório e os Grupos de Atualização da Terceira Idade (GRUPATI), possibilitando às pessoas com mais de 60 anos novos aprendizados e o compartilhamento de conhecimentos.

Conforme Braz (2008), o Programa de Terceira Idade que foi desenvolvido no SESC/Florianópolis até 2007, funcionava em três núcleos: Núcleo de Estudos e Atualização, Núcleo de Motivação a Vida, e Núcleo de Vivência. Cabe destacar cada núcleo para favorecer o entendimento do trabalho desenvolvido junto ao Programa da Terceira Idade.

O núcleo de Estudos e Atualização tinha como objetivo promover reflexões, debates e vivências com profissionais de diversas áreas, através do Grupo de Estudos e Atualização da Terceira Idade – GRUPATI. Este surgia com metodologia de grupo social, proposta de educação para idosos, permitindo, com isso, novas e diferentes formas de aprendizagem, trazendo assunto que se adequassem à realidade vivenciada. Este grupo deixou de existir no SESC/Florianópolis em decorrência de uma nova proposta de trabalho colocada em prática no ano de 2008. A proposta em questão é o Projeto Viver Bem a Idade que se Tem, sendo o mesmo abordado posteriormente.

O Núcleo de Estudos e Motivação a Vida, buscava propiciar condições para que o idoso sintasse-se atuante e valorizado, adquirindo assim novas habilidades. No início, este núcleo contava com o projeto de socialização grupal, desenvolvido com o objetivo de integrar os participantes dos diferentes grupos existentes no SESC, proporcionando ao idoso uma participação mais dinâmica dentro dos espaços da instituição. O Núcleo em questão acontecia através de ações comemorativas de integração por meio de temáticas diferenciadas. (BRAZ, 2008, p. 51).

Já o Núcleo de Vivência, é composto pelos Grupos de Convivência; pelo Grupo Expressão Vital, que trabalha a questão da arte; e também pelo projeto

Era uma Vez...Atividades Intergeracionais, sendo que o último está há algum tempo sem ser desenvolvido na Unidade do SESC/Florianópolis. No entanto, em outras unidades do Estado, ele continua a ser realizado.

Segundo Braz, no objetivo de otimizar o trabalho social com os idosos, proposto em 2007, estaria a ampliação do Projeto de Socialização Grupal, o qual se efetiva como um projeto integrado, isto é, envolve a atuação direta das outras áreas de trabalho do SESC, intitulado “Viver Bem a Idade Que Se Tem”.

A mudança no trabalho social com os idosos após 2008 resultou da análise através de falas apresentadas em avaliações realizadas nos grupos de idosos durante os últimos 5 anos. Verificou-se que os idosos buscavam algo a mais do que somente o convívio e a socialização, vislumbravam encontros mais movimentados privilegiando a questão das artes, bem como aquisição de novos conhecimentos no que tange aos direitos e cuidados relacionados à saúde. Também o SESC já planejava mudança no trabalho desenvolvido com os idosos na Unidade de Florianópolis, pois os objetivos do Trabalho Social com Idosos seria propiciar ao idoso melhores condições de vida, com o máximo proveito de suas potencialidades, o que não estava acontecendo.

O novo Projeto “Viver Bem a Idade Que Se Tem”, implantado a partir de 2007, trata-se de um projeto com encontro mensal e atividades diferenciadas que proporcionam entretenimento, conhecimento, aprendizado e valorização de potencialidades. No início seria realizado mensalmente na Unidade do SESC de Florianópolis, nas primeiras quintas-feiras de cada mês. Em decorrência da mudança do trabalho social com idosos, em 2008, o projeto passa a ser realizado em datas e locais diferenciados.

O Projeto “Viver Bem a Idade Que Se Tem” é a ampliação do Projeto de Socialização Grupal para uma ação mais sistemática e com maior dimensão, visto que conta com a participação direta de outras áreas de atuação do SESC. (BRAZ, 2008, p. 57). Este Projeto é composto por eixos temáticos, os quais serão desenvolvidos em todos os encontros do Projeto. São eles:

Movimento – Está ligado às diversas dimensões do ser humano, permitindo por meio do movimento vivenciar atividades que valorizam o corpo e

os aspectos cognitivos. Para Silva e Damiani (2006, p. 22) “o corpo em movimento se coloca permanentemente em contato com a mente e com tudo ao seu redor, expressando uma espécie de diálogo entre corpo-mundo”.

Todo o pensamento é movimento em potência e todo movimento é pensamento em ação; assim, sempre que nos propusermos a desenvolver algo em nosso corpo, em qualquer movimento que realizarmos estaremos privilegiando o desenvolvimento do cérebro – tornando-o mais hábil pela mecânica do movimento e mais lúcido pela fisiologia do movimento. (COBRA, 2004, apud, SILVA E DAMIANI, 2006, p. 24).

Com isso, percebe-se que o movimento é importante para o ser humano em suas etapas de desenvolvimento, sendo que no envelhecimento ele é imprescindível, em decorrência da adaptação do idoso ao corpo que está envelhecendo.

Memória – Contempla e trabalha os diversos tipos de memória favorecendo e ampliando os aspectos sociais e cognitivos inerentes ao envelhecimento. (BRAZ, 2008, p. 58)

Criatividade – Valorização da cultura e das experiências de vida (encontro artístico onde os idosos podem apresentar suas habilidades artísticas; aprendendo e ensinando, onde ocorre a socialização de conhecimentos como de crochê, tricô, entre outros). (BRAZ, 2008, p. 58)

Autonomia – Visa estimular o crescimento pessoal e o acesso a informação sobre direitos do idoso e novas formas de conhecimento. Segundo Braz, “através da apreensão de novos conhecimentos o idoso consegue angariar meios para vencer os desafios impostos pela idade e pela sociedade”. (BRAZ, 2008, p. 58).

Através dessa mudança, o SESC procurou alcançar, a partir da implantação desse projeto, otimizar o trabalho com idosos e aumentar a participação desse público. Para isso, criou uma programação mais

diversificada e atrativa, que, ao mesmo tempo, elevava a instituição como referência, dando, conseqüentemente, uma maior visibilidade institucional.

Para Braz, o Projeto “Viver Bem a Idade Que Se Tem”, entre os meses de março e abril de 2007, foi levado ao conhecimento dos grupos de idosos do SESC/Florianópolis, sendo realizado um trabalho de divulgação e sensibilização através da Coordenadora do Setor de Grupos e atual Assistente Social, juntamente com as estagiárias. Obteve resultados recíprocos por parte dos idosos, com interesse em participar. O mesmo ocorreu com a equipe técnica da unidade. Na apresentação da proposta em 11 de abril de 2007, houve comprometimento dos técnicos em contribuir para a viabilização do projeto, sendo solicitado um prazo maior para pensar, discutir e planejar as atividades que seriam desenvolvidas por cada área.

O Projeto “Viver Bem a Idade Que Se Tem” teve boa adesão e receptividade pelos idosos através das atividades trazidas. Com isso, percebeu-se a necessidade de mudança na metodologia do trabalho social com idosos realizados até o momento. Além disso, os Grupos de Convivência já vinham apresentando interesse por ações diferenciadas, com mais dinamismo nos encontros grupais.

Segundo Braz (2008, p. 63), a partir de 2008, as atividades que foram pensadas e oferecidas aos idosos, resultaram de uma mudança e metodologia de trabalho, na busca de assuntos que sejam relevantes e que acompanhem a atualidade. Com a nova proposta, esperava-se que houvesse maior participação e ocupação dos idosos, fazendo com que os membros se reconheçam como sujeitos da ação, através da participação dos membros do grupo, despertando uma visão crítica das condições em que vivem. Com a finalidade de estimular os sujeitos a participarem dos grupos, desenvolvendo suas potencialidades, através dos objetivos propostos e de acordo com seus desejos e necessidades.

O “Programa da Terceira idade”, desenvolvido até o ano de 2008, passou por mudanças na sua reestruturação de objetivos, buscando fortalecer algumas ações que vinham sendo desenvolvidas e adotar novas formas de

atuação, com isso, passa a denominar-se “TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS: crie um projeto para a vida e seja socialmente ativo sempre, independente das limitações que possa ter!”.

Segundo Braz, o SESC – Florianópolis, a partir das mudanças na reestruturação das ações e dos objetivos com os idosos, passou a orientar-se em dois grandes núcleos:

Núcleo de Motivação à vida – passou a ser composto pelo Projeto “Viver Bem a Idade que se Tem”, sendo este a ampliação do Projeto de Socialização Grupal, que compunha, anteriormente, este núcleo. Anteriormente, o projeto era realizado em datas comemorativas e com objetivos limitados, ao contrário do Projeto Viver Bem a Idade que se Tem, que está orientado em quatro eixos temáticos: memória, autonomia, movimento e criatividade.

Núcleo de Vivência – continua a ser composto pelos grupos de convivência e Grupo Expressão Vital, além do Projeto Era uma Vez Atividades Intergeracionais.

O Grupo Expressão Vital, em sua prática, possui uma configuração diferenciada, tendo como fio condutor o trabalho norteado nas diferentes formas de expressão da arte. Seu objetivo é instigar o idoso a ter auto-conhecimento, valorização pessoal, descoberta e desenvolvimento de potencialidades, de novas habilidades, através de oficinas de criatividade. Com isso, o idoso tem a oportunidade de desenvolver novas linguagens de expressão nas áreas de música, teatro, dança, artes plásticas e atividades corporais.

O trabalho com o Grupo Expressão Vital vinha sendo desenvolvido até o ano de 2008, posterior a isso foi criado mais um grupo com esta formatação. Até início de 2009 o SESC/ Florianópolis tinha dois grupos de Expressão Vital, com os encontros ocorrendo semanalmente, as quartas e quintas-feiras, no período matutino, das 9h às 11h. Cabe destacar que no início de 2009, em decorrência da pouca procura para estes grupos, o Expressão Vital ficou composto de um grupo que se encontra semanalmente todas as quintas-feiras, com os mesmos objetivos e horários já destacados.



No Núcleo de Vivência, a mudança ocorrida foi em relação à metodologia de trabalho desenvolvida com os grupos de convivência. Os encontros passaram a ser semanais, com interação dos grupos, que se revezavam, com encontros no mesmo dia da semana, passando de 10 para 5 grupos, aumento no número de participantes em cada grupo. Os encontros eram quinzenais, como já citado anteriormente, isso dificultava um trabalho mais consistente, em decorrência do distanciamento entre um encontro e outro. (BRAZ, 2008, p. 66).

A nova programação dos grupos de convivência está mais concentrada, orientada a partir de quatro eixos estruturantes: 1) Realização, por parte da Assistente Social e estagiária de Serviço Social, recepção e acolhida do grupo; 2) Momento de Atualização e Interação, onde são oferecidas vivências, oficinas e debates; 3) Intervalo para o lanche; 4) Espaço aberto, que consiste num momento para trocas de experiências, ensinamento e aprendizado, show de talentos, contação de histórias, piadas, poesia e discussão de assuntos relacionados às rotinas do grupo, como: passeios, confraternizações, entre outras atividades. Os encontros ocorrem no período vespertino das 13h30min às 17h. (BRAZ, 2008, p. 67).

Após o resgate histórico do SESC, em nível nacional, estadual e local, bem como a atuação do Assistente Social nesta Instituição, segue-se a análise da pesquisa que foi realizada nos grupos de Idosos do SESC – Prainha – Florianópolis, no período de março a julho de 2009.

## **2.5 Pesquisa: Percurso Metodológico**

A pesquisa apresentada a seguir, é resultado de alguns questionamentos, emergidos durante a realização do estágio no SESC – Prainha – Florianópolis, no período de março a julho de 2009. Esta busca refletir, analisar as causas que levaram os idosos a constantes ausências nos encontros dos grupos de convivência na instituição. “A priori”, buscou-se constatar (ou não) algumas hipóteses: se essas faltas estariam relacionadas ao trabalho que os mesmos justificam realizar com suas famílias, impedindo-os de

participar dos encontros, ou se as atividades desenvolvidas nos grupos de idosos não estariam atendendo aos seus interesses.

Trata-se de uma pesquisa: bibliográfica, empírica de caráter exploratório, bem como a realização de entrevistas semi-estruturadas<sup>34</sup>. Após pesquisa bibliográfica nas listas de matrículas elaboradas de março a julho de 2009, constatou-se que nos grupos existem aproximadamente 263 idosos matriculados. Não apontamos números exatos, pois durante o ano ocorrem desistências e/ou novos inscritos. O critério para a escolha dos entrevistados foi selecionar os participantes que obtiveram 50% ou mais de faltas nas atividades realizadas em cada grupo, no período proposto. Constatou-se que do total dos inscritos, 37 idosos estariam incluídos a amostra da pesquisa, perfazendo 14% do universo. Cabe destacar que entre os idosos participantes da pesquisa, não estão incluídos os que justificaram suas ausências nos encontros do grupo em decorrência de problemas de saúde.

O contato com os selecionados para a pesquisa se deu por telefone. Neste momento, foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, ressaltando o comprometimento ético do sigilo das informações prestadas, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>35</sup>, no qual foi solicitada a permissão para o uso de equipamentos de áudio. Com os que se prontificaram em participar, marcou-se o local e a data compatível com a disponibilidade do entrevistado. A grande maioria das entrevistas se deu no Centro de Convivência e no Setor de Grupos do SESC – Florianópolis, no horário matutino das 9h às 12h, ou no horário vespertino das 14h às 17h. Algumas entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados, sendo que os mesmos justificaram que não poderiam ir até o local para a realização da mesma. A pesquisa foi realizada no período de 06 a 20 de outubro de 2009, com 14 entrevistados de um total de 37 idosos selecionados segundo os critérios.

A dificuldade para a realização da pesquisa se deu em decorrência de não obter contato telefônico com os idosos, conforme seus dados arquivados

---

<sup>34</sup> Conforme apêndice A.

<sup>35</sup> Conforme apêndice B.

nos documentos do Setor de Grupos, bem como nos arquivos da Instituição. Com 14, dos 37 idosos, não foi conseguido contato telefônico, após 3 tentativas, não havendo nenhum outro modo para contatá-los, visto que estes continuaram ausentes nas atividades do SESC – Prainha – Florianópolis no período de realização da pesquisa. Além disso, 9 idosos se opuseram a serem entrevistados, justificando estarem doentes.

As informações obtidas na pesquisa serão abordadas no trabalho, salientando-se que essas são sigilosas, como já mencionado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Desta maneira, ao apresentar os depoimentos dos participantes como citação, usaremos o número da entrevista, tal como (A<sub>2</sub>), para a identificação das respostas e das diferentes opiniões.

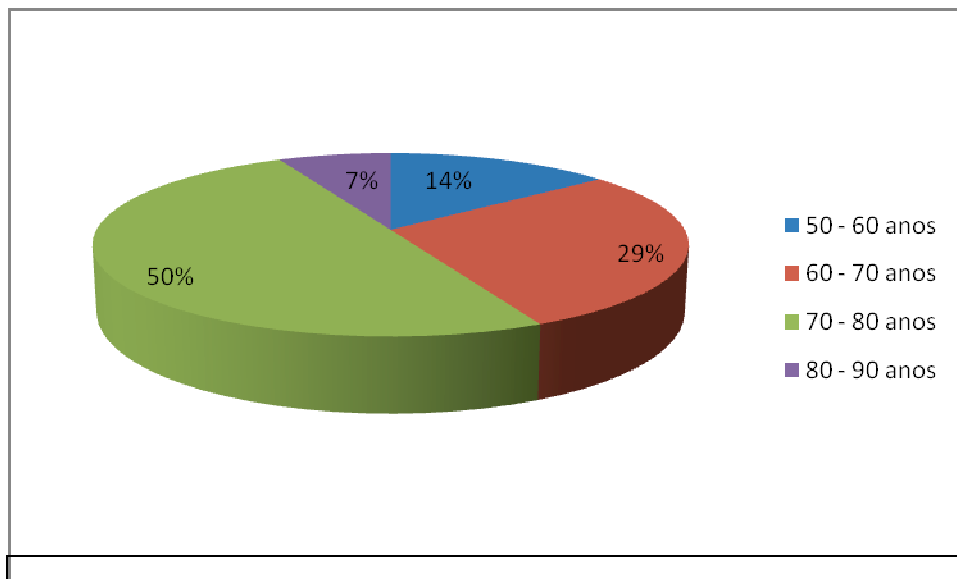
### **2.5.1 Caracterização dos Sujeitos Pesquisados**

Com relação ao perfil dos 14 idosos pesquisados, foram abordados os seguintes itens: idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, com quem reside, as atividades que realiza na família, tipo de habitação, se é própria ou alugada, aposentado ou pensionista, se mantém atividade remunerada na família e qual sua profissão. Neste primeiro momento, buscou conhecer quem era o idoso, seu respectivo arranjo familiar e social.

Em relação à faixa etária, constatou-se que os entrevistados estavam entre 50 a 90 anos<sup>36</sup>, sobretudo entre 70 a 80 anos (50%). Destes, a maioria era mulheres, tendo um homem com 78 anos de idade. O gráfico a seguir mostra melhor a porcentagem com relação à faixa etária dos entrevistados:

---

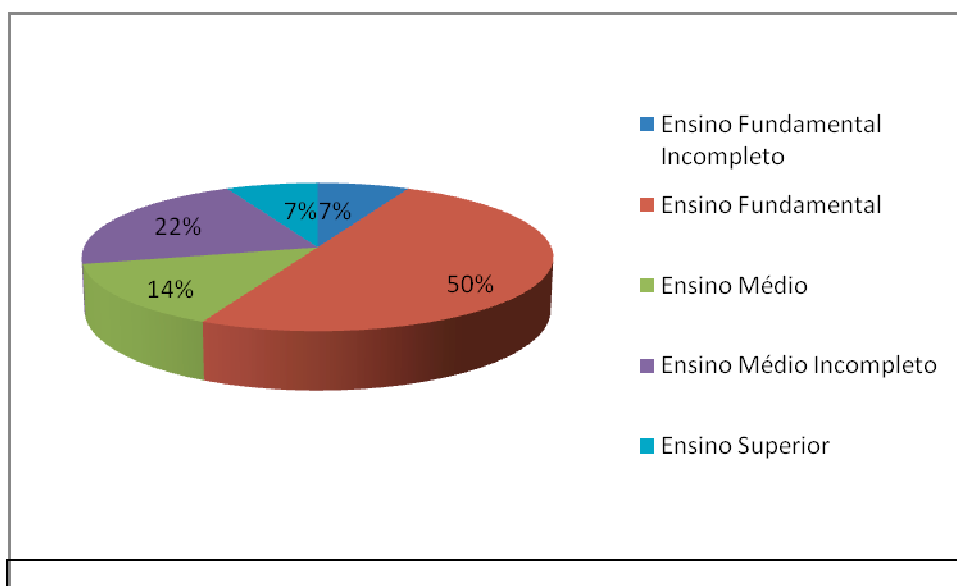
<sup>36</sup> Com relação aos participantes dos Grupos de Idosos que não estão na idade determinada pelo Estatuto do Idoso como sendo a primeira etapa da velhice (a partir dos 60 anos), só é confirmada a participação quando há vagas disponíveis. Salienta-se que a preferência é para os idosos acima de 60 anos.



**Gráfico 1:** Relação da faixa etária dos idosos entrevistados.

**Fonte:** Pesquisa da autora, realizada nos grupos de idosos do SESC – Prainha – Florianópolis, no período de março a julho de 2009.

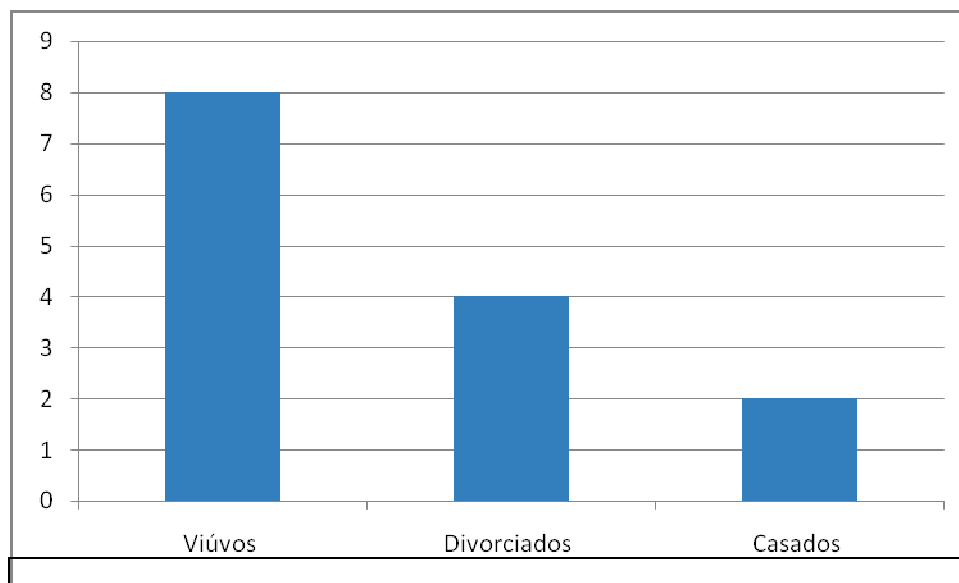
Quanto a escolaridade dos idosos, constatou-se que a grande maioria dos entrevistados concluiu seus estudos até o Ensino Fundamental, totalizando 7 idosos (50%), seguidos pelos que possuíam o Ensino Médio Incompleto, o que corresponde a 3 idosos (22%), conforme demonstrado abaixo:



**Gráfico 2:** Relativo a escolaridade dos entrevistados.

**Fonte:** Pesquisa da autora, realizada nos grupos de idosos do SESC – Florianópolis – Prainha, no período de março a julho de 2009.

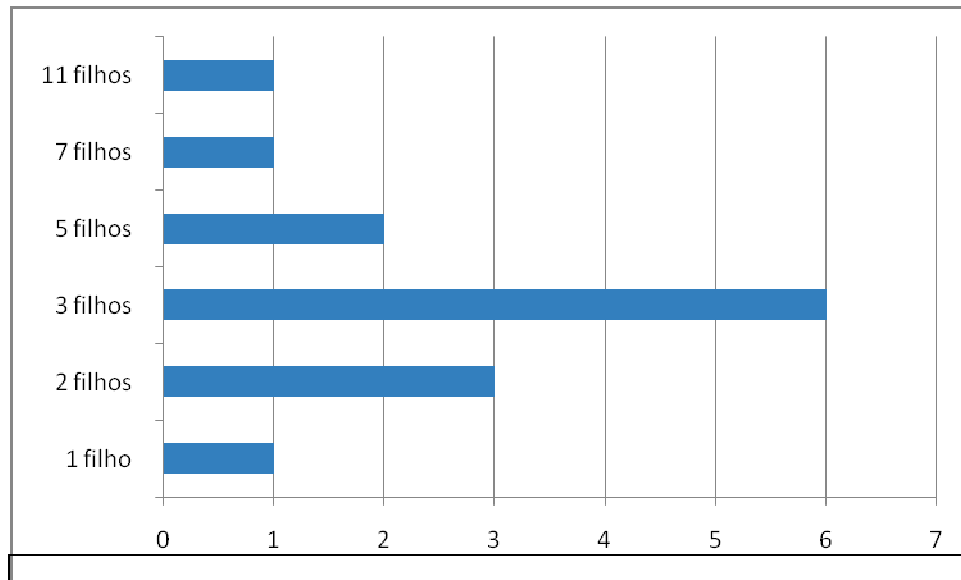
Com relação ao estado civil dos entrevistados, verificou-se que a maior parte são viúvos (as), em um total de 8 entrevistados (57%). Também verificou-se que 4 são divorciados (29%), e somente 2 são casados (14%), a saber:



**Gráfico 3:** Relativo ao estado civil dos entrevistados.

**Fonte:** Pesquisa da autora, realizada nos grupos de idosos do SESC – Florianópolis – Prainha, no período de março a julho de 2009.

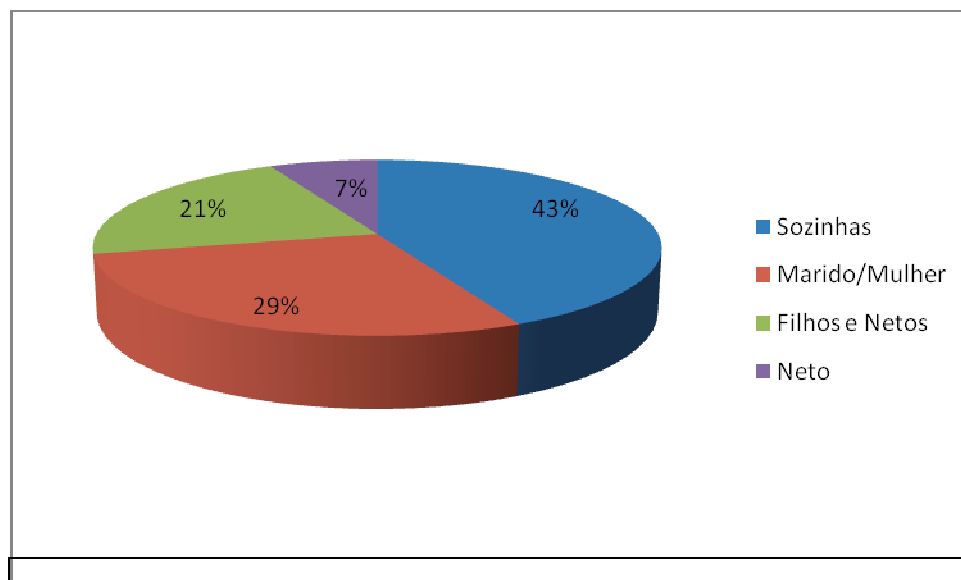
Questionou-se o número de filhos dos participantes, revelando maior divergência, conforme se evidencia no próximo gráfico:



**Gráfico 4:** Quantidade de filhos por entrevistados.

**Fonte:** Pesquisa da autora, realizada nos grupos de idosos do SESC – Florianópolis – Prainha, no período de março a julho de 2009.

Quando perguntados com quem residem, verificou-se que a maioria dos entrevistados mora sozinho, 6 mulheres (43%), seguido dos que moram com seu cônjuge: 3 mulheres e 1 homem (29%):



**Gráfico 5:** Refere-se com quem os entrevistados residem.

**Fonte:** Pesquisa da autora, realizada nos grupos de idosos do SESC – Florianópolis – Prainha, no período de março a julho de 2009.

Traçando ainda o perfil dos entrevistados, observou-se que a grande maioria é aposentada (o) ou pensionista, exceto uma entrevistada.

Quando questionados se ainda realizam atividades remuneradas, a grande maioria relatou que não. Do total de 14 idosos entrevistados, somente 3 deles (2 mulheres e 1 homem) disseram realizar atividade remunerada. Desses, o homem cumpre 8 horas diárias de trabalho, uma entrevistada disse que realiza trabalho informal, vendendo produtos de beleza como meio de completar a pensão que recebe do ex-marido, e a última relata que trabalha com a filha em um quiosque, salientando que não recebe para isso. Com relação à profissão dos entrevistados, observou-se:

<b>Profissão</b>	<b>Total</b>
Do Lar	7
Funcionário Público Federal	2
Serviços Gerais	1
Pedagoga	1
Zeladora de Condomínio	1
Costureira	1
Funcionária Pública Estadual de Educação	1

**Tabela 7:** Relação das profissões dos entrevistados.

**Fonte:** Pesquisa da autora, realizada nos grupos de idosos do SESC – Florianópolis – Prainha, no período de março a julho de 2009.

Evidenciamos assim a necessidade de ampliar a renda familiar, tendo em vista que vivemos em um contexto socioeconômico em que a renda advinda da aposentadoria/pensão é insuficiente para suprir as necessidades básicas dos beneficiados (idosos). Como reflexo dessa situação, encontramos idosos que trabalham em empregos formais e/ou informais para garantir o aumento dessa renda.

### **2.5.2 Análise dos Dados Coletados**

Inicialmente, perguntou-se sobre sua inserção no SESC. Observando o tempo em que os entrevistados participam das atividades desenvolvidas nos grupos de idosos, percebe-se que a grande maioria possui um período considerável de participação nestes grupos, com mais de 4 anos (36%). Somente uma senhora disse que participava há 6 meses.

Quanto aos motivos que os levam a procurar as atividades dos grupos de idosos, o que mais se destacou foi a solidão e a morte de seus companheiros (maridos), conforme evidenciado na fala de uma senhora:

É porque eu fiquei viúva em janeiro, aí vivia muito sozinha aqui dentro de casa, aí a minha amiga aqui de baixo me convidou, ela estava lá junto com aquela menina que cuidava do pessoal do SESC. Aí a menina que cuida do pessoal do SESC telefonou pra mim e eu fui, foi dia 15 de março, foi a primeira vez que eu fui lá, pra começar a me movimentar, iniciei dois meses de viúva eu já fui pra lá. (A<sub>12</sub>)



Com isso, percebe-se que a inserção dos idosos nos grupos de convivência tem por objetivo fazer novas amizades, como meio de preencher o vazio que estavam sentindo em decorrência da perda de seus familiares, e em especial de seus companheiros. O temor de estar só faz com que as pessoas busquem novas formas de inserção, como nos grupos de idosos, buscando novas amizades e desenvolvendo atividades. Com isso, percebe-se que o ser humano encontra em outras pessoas os caminhos para suprir suas carências, bem como a necessidade de estar em constante movimento, se socializando.

Os entrevistados afirmam que se sentem atraídos a participar dos grupos de idosos por causa das apresentações de palestras, teatros, danças, oficinas, entre outras. Salientam que as mesmas proporcionam conhecimento, movimento e bem-estar físico e mental, como se constata em algumas entrevistas:

Pra estar se movimentando, se exercitando, é bom. (A<sub>9</sub>).

[...] Eu gosto do trabalho, eu gosto do teatro, da dança. (A<sub>11</sub>).

[...] Eu gosto muito de participar quando tem atividades. [...] Apresentações artísticas, de teatro, essas coisas artísticas. Eu sou muito metida, eu gosto de estar em tudo, gosto de estar em tudo que é festa e evento. Gosto de participar de tudo. (A<sub>12</sub>)

[...] Em poder desenvolver as atividades juntos, se movimentar-se, descontrair sem compromisso. [...] (A<sub>13</sub>)

[...] Porque a gente mesmo sem querer, a gente até parece que assim é uma pessoa uma menina do colégio. (A<sub>12</sub>)

Tudo que a gente vê aprende a gente nunca para de aprender. São tantas coisas, aquelas fitas, os papezinhos, são coisas que é de utilidade para nós, para nossa idade, para nós mesmos. Os teatros são bons, quem sabe decompor é muito bonito, eu gosto dessas coisas. Adoro, adoro!(A<sub>3</sub>)

Com isso, percebe-se que as atividades são importantes na vida dos idosos, pois proporciona momentos de descontração, de integração com o grupo, de desenvolver suas habilidades artísticas, seja nas oficinas de teatro

ou mesmo nas brincadeiras com os demais. Além disso, oportuniza novos conhecimentos, cultura, e também momentos de retorno à infância.

Ainda em relação às atividades, foram questionados sobre aquelas que mais gostam. Neste item, merece destaque os pontos citados como: passear, palestra, dinâmicas, viajar, filmes, música, oficinas, apresentações culturais e dança. Salienta-se que a grande maioria declarou que gosta das atividades realizadas nos Grupos de Idosos. Somente duas senhoras criticaram:

Eu não gosto de palestra (A<sub>6</sub>)

Eu não gosto de jogos de memória que foram feitos no início do ano no grupo. (A<sub>9</sub>)

A atividade de jogos, principalmente a prática do jogo de bingo, esteve presente em algumas entrevistas, sendo considerada importante. Justificam, os entrevistados, que ela proporciona divertimento, alegria, brincadeira, ativa a memória, entre outros elogios, e que gostariam que retornasse. Isso se evidencia em algumas falas:

Até o bingo acabou, não tem o bingo que nós tanto gostávamos, a gente ia de manhã e ficava. Hoje não tem mais nada, só tem palestra. (A<sub>14</sub>)

Jogo, com certeza. É não tem dúvida, toda a turma gosta disso. Jogo, ta faltando jogo lá, um baralho, meu Deus! Tem gente que gosta de um baralhinho, que não tem tempo de fazer em casa [...] Ensina esse povo a jogar gente! Dominó, xadrez, bingo. Coloca jogo como sugestão.(A<sub>6</sub>)

Como já foi citado anteriormente, por meio da nova reestruturação nos Grupos de Idosos do SESC – Prainha – Florianópolis, houve mudança na metodologia a ser trabalhada com os Grupos de Convivência. Com isso, a

prática do jogo de bingo deixou de existir. A mudança ocorreu no final do ano de 2007.

Os entrevistados sugeriram que nos grupos de idosos fossem desenvolvidas: oficinas, palestras sobre a saúde do idoso, aulas de canto, organização do grupo em subgrupos para apresentar atividades culturais, trabalho manual, jogos em geral, incluindo o jogo do bingo, leitura e palavras cruzadas, visita a pontos turísticos de Florianópolis, dança, apresentações de peças teatrais, palestras diversas e ginástica, conforme destacado em algumas falas:

[...] Estas músicas é bom, porque nós gostamos aula de música com dança ou até contar umas piadas, teatro que além de adquirir conhecimento, distrai a gente. [...] (A<sub>4</sub>)

[...] Atividade de teatro. Porque eu gosto. Também dança qualquer coisa que se movimente [...] (A<sub>11</sub>)

Mais palestras, sobre o idoso, sobre as mãos, a visão, a osteoporose, sobre os dentes, sobre até o cabelo da gente, como tratar do cabelo, sobre a gente mesmo. É muito bom isso, envelhecer com saúde, das doenças, o câncer, a mama, tudo. Isso é importante para nós, isso que eu gosto, devia ter mais disso aí, palestra sobre qualquer coisa, nossos pés, nossas mãos, é muito importante, sobre nossa mente, tudo. (A<sub>3</sub>)

Oficinas daquelas que a gente fez aquela vez aquelas coisinhas, aquele quebra cabeça foi ótimo. A gente passava a tarde mais rápida, algum jogo para a memória. [...] Mas eu gostava muito do bingo. Gosto muito mesmo. Cantar, final de ano as festas [...]. (A<sub>10</sub>)

Assim sendo, entende-se que as atividades desenvolvidas junto aos idosos devem ser pensadas, planejadas, questionadas previamente para verificar as propostas que serão levantadas pelos membros, procurando abranger o maior número possível de participantes. Desta forma, obtém-se a participação democrática na escolha de atividades que busca o direito da

escolha, assim como o direito do desenvolvimento de uma atividade que atenda suas necessidades, sejam físicas ou psicológicas.

Com relação à avaliação do trabalho da Assistente Social do SESC – Prainha – Florianópolis e das estagiárias, a grande maioria considera o trabalho bom ou ótimo, relatando que o trabalho é bem desenvolvido, trazendo atividades diversificadas para o grupo, conforme observado nas entrevistas:

Eu acho a A.S (Assistente Social) e as meninas (estagiárias) excelentes (meu Deus!) elas são ótimas. A A.S está sempre trazendo coisas novas para o grupo, essas palestras são muito boa, a nutricionista, eu acho que isso ajuda muito porque a pessoa acaba aprendendo sempre e a saúde é muito importante (A<sub>7</sub>).

Eu acho essas meninas (estagiárias) comprometidas, organizam o local, vão lá cedo e fazem questão de expor as coisas, tomar conhecimento das coisas. Eu acho muito importante o trabalho delas (A<sub>13</sub>).

Eu acho que o trabalho que vocês fazem aí é bom, motiva os outros e não fica uma coisa muito parada (A<sub>7</sub>).

Eu acho bom, porque é uma coisa a gente vem e a gente em casa não vai ter nada disso, então a gente vem, amplia a cabeça da gente volta sempre melhor pra casa (A<sub>8</sub>).

Quanto ao poder e a tomada de decisão nos grupos, foram questionados sobre a definição das atividades, se eles participavam do planejamento e organização. Isso é verificado em algumas falas:

Não sei o SESC, mais o SESC, acho que hoje em dia a gente tem definido um pouco, mais do que antes, acho que melhorou um pouco, assim, é mais perguntado para o grupo mais questionado. (A<sub>2</sub>):

O SESC define. A gente pede. Damos a idéia de dança, não é só eles. Também sugerimos. (A<sub>7</sub>)

Vocês fazem e a gente aceita, sim ou não, né, se queremos fazer aquilo ou não, pelo menos às vezes que eu estou é colocado em votação né, se a gente quer se não quer, ou sempre tem aqueles questionários de que está gostando, se quer algo que vote. É pra voltar. (A<sub>4</sub>)

A maioria é o SESC que organiza. Vocês que organizam, mas alguma coisa a gente dá opinião, se todo mundo acolhe a opinião de um, às vezes surge alguma coisa. (A<sub>1,1</sub>)

Diante disso, percebe-se que as atividades são definidas, planejadas e organizadas pela Instituição, embora, na maioria das vezes, também se aceite as opiniões dos idosos.

Cabe destacar que em alguns grupos ocorrem maiores conflitos em decorrência de relações de poder, principalmente naqueles que tem comissões<sup>37</sup>. No início do ano ocorreu discussão com todos os grupos sobre a necessidade de ter ou não comissão, sendo que dois deles optaram por organizá-las. Salienta-se que em apenas um grupo existe maior conflito com relação à comissão. Os membros, juntamente com a comissão que eles próprios elegeram, discutem, organizam e tomam decisões referentes a viagens, festas de aniversários, entre outras atividades, com recursos financeiros próprios. Atualmente, existem alguns conflitos diante das decisões sobre viagens e pagamentos, em decorrência da organização e da prestação de contas da comissão, conforme a seguinte fala:

[...] Tem um grupo lá que toma conta, não vem no grupo para participar. Elas têm interesse próprio. As viagens são mais interessantes para elas, porque elas têm dinheiro, vão de graça, acho, não sei. Mas eu acho que elas estão sempre naquele grupo trabalhando em função de certas coisas, porque nós não vamos de graça, nas viagens. Tudo o que elas

---

<sup>37</sup> A Comissão fica responsável pela organização do café dos encontros. O grupo possui um “caixinha” onde os membros contribuem para os lanches e almoços que são organizados, bem como para as viagens. A participação dos membros nas viagens é facultativa, sendo permitido contribuir apenas com o pagamento do lanche do encontro do grupo.

ganham na viagem, elas dividem, a gente compra e dá os carnezinhos para elas, elas sorteiam. Nas prestações de conta a gente não vê tudo discriminado mas elas dizem: - Olha, vocês estão pagando tanto, mas vocês já pagaram isso e isso. A gente não vê o papel, mas também não há necessidade. Independente, de elas ganharem ou não, elas têm interesse mais, não sei se é porque elas são responsáveis também pelo grupo. Porque o rolo está ali, o rolo do grupo está nessa coisa. Olha, eu não acho necessário, essa comissão, ela só dá divisão, por incrível que possa parecer, só dá divisão, no grupo [...] (A<sub>6</sub>).

Diante do exposto sobre a participação dos idosos no grupo, é importante destacar que o profissional de Serviço Social deve buscar desenvolver o processo democrático por meio da participação de todos na definição, organização e realização das atividades, conforme as expectativas dos idosos (e não do Assistente Social ou da Instituição). Segundo o Código de Ética, é dever do profissional de Serviço Social “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. (CFESS, 1993, p.217).

Outro item perguntado foi, depois da inserção nos grupos de idosos, quais mudanças ocorreram na vida dos idosos. Evidenciou-se mudança de relacionamento, de atitude, conforme exposto a seguir:

Mudou bastante, fiquei mais animada, fiquei melhor, tenho menos dificuldade pra amizade, com mais facilidade, então melhorou bastante, sou bem diferente, menos tímida. [...] porque a gente fica sozinha em casa, então pra mim melhorou bastante. (A<sub>2</sub>).

Eu perdi a timidez. Eu não falava em público de jeito nenhum. Com o passar do tempo eu fui aprendendo a falar. Muito bom e depressão, eu também tinha depressão, melhorei muito com o grupo. Pois, eu vivia praticamente isolada, aí veio menopausa, depressão, tudo junto e o grupo me ajudou muito nisso aí. (A<sub>7</sub>)

Mudou porque eu era depressiva. Mas, depois que vim para o grupo estou bem não tomo mais remédios. [...] Eu venho para o grupo aqui tem gente, gente que a gente gosta e tem o que fazer poder viajar, fazer as atividades é muito bom. (A<sub>8</sub>)

Desse modo, percebe-se que a inserção nos grupos contribuiu na melhoria na saúde dos idosos, por meio das amizades, das viagens, enfim, das atividades desenvolvidas na Instituição, e do contato com outras pessoas, proporcionando bem-estar na superação de doenças como a depressão. Com isso, o sujeito passa a se sentir protagonista de sua própria história.

Os entrevistados foram questionados sobre os motivos que os levaram a constantes ausências nos encontros dos referidos grupos de idosos, no período já delimitado anteriormente. Relataram que em 1º lugar estariam os motivos relacionados à saúde (7)<sup>38</sup>, em 2º lugar as viagens (4)<sup>39</sup>, em 3º lugar cuidar de familiares como netos e pais (3), em 4º lugar, estar vindo a cada 15 dias (2) e, por último, por causa do trabalho (1).

A questão de saúde interfere diretamente na participação nas atividades dos grupos de idosos. Aproximadamente 50% dos entrevistados relataram estar doentes no período, sendo que alguns ainda estão em tratamento. Isso é observado em algumas respostas:

É porque eu operei as duas vistas. E o meu marido operou a hérnia e eu fiquei cuidando dele, enquanto me restabelecia da operação. (A<sub>5</sub>).

Foi muitos exames, muito tratamento médico, que eu nunca fiquei doente, nunca fiquei no hospital. Fiz tratamento do coração, da veia entupida. Eu telefonava para a Assistente Social (SESC), para as pessoas da diretoria não posso ir quinta-feira tenho um exame marcado, só consegui consulta às quatro horas, cinco horas, seis horas da tarde. Não dava para vir, porque depois eu ia me atrasar então faltei dois meses seguidos, diretos. (A<sub>3</sub>).

Foi pelo meu problema mesmo. Não é que eu tive uma depressão, não tive, mas chegava depois do meio-dia eu não tinha aquela vontade de sair, desanimava me sentia fraca, aí a

---

<sup>38</sup> Neste item cabe destacar que, para um idoso, os motivos da ausência nas atividades seriam a doença dele, as viagens, e ter que cuidar de familiares, como neto e pais.

<sup>39</sup> Neste item cabe destacar que o motivo da ausência nas atividades para 1 idoso seriam as viagens e também cuidar de familiar como neto e pais.

filha vinha e me levava pra casa dela. Eu não tinha vontade. Me sentia cansada e deitava um pouquinho, daí passava do horário, 14h e 20min. Agora que eu estou boa não quero faltar mais. (A<sub>10</sub>).

Não, é que eu fiz uma cirurgia em abril, o médico mandou que eu ficasse em casa, não fizesse nada, uns três meses mais ou menos. (A<sub>1</sub>).

Foi porque em março eu estive doente. Eu tenho dor nas costas, fiz fisioterapia e ainda estou fazendo, também tenho problema no pé, tenho problema de diabetes. (A<sub>8</sub>).

É oportuno resgatar, conforme já abordado na seção anterior, que o processo de envelhecimento envolve fatores naturais no desenvolvimento de todos os seres vivos. “Nos seres humanos, observam-se etapas biológicas, naturais, sociais, culturais, econômicas entre outras.” (Bacelar, 2002, p.37). Além dessas, contata-se o surgimento de enfermidades ditas “próprias da velhice”, como a depressão e o stress.

Segundo a referida autora, a depressão é um distúrbio da afetividade:

Os cientistas neurobiológicos demonstraram que a depressão se caracteriza pelo declínio de certas substâncias químicas cerebrais chamadas catecolaminas (adrenalina e noradrenalina) em regiões específicas do cérebro. (BORTZ, 1995, apud, BACELAR, 2002, p.38).

Conforme evidenciado nesta pesquisa, vários entrevistados relataram alguns sintomas que estariam vinculados ao quadro de depressão, que seriam: a incapacidade de sentir prazer associada à absoluta falta de vontade de viver, sentimento de infelicidade e tristeza, de desesperança, impotência, pessimismo, falta de entusiasmo, perda de interesse e de motivação para tudo, expressão de tristeza entre outras.

Com isso, percebe-se que muitos idosos pesquisados se afastaram dos grupos para buscar soluções que pudessem melhorar suas condições de saúde, entre elas fazerem exames, cirurgias e fisioterapia.



O cuidado com seus familiares, também estão relacionados às ausências nos encontros, conforme verificado em alguns relatos:

[...] A minha netinha tinha ficado doente (...) eu disse pra minha amiga, tu avisa que eu não vou, porque eu vou cuidar da minha neta. Eu cuido dela nas férias daqui. Eu não sou de deixar de vir entende?! Mas às vezes a gente tem neto, tem compromisso, aí preciso faltar. Tenho outros compromissos também, mas sempre que um que um de meus netos precisar eu vou cuidar, quando a outra avô não pode cuidar quem cuida sou eu. (A<sub>4</sub>).

Às vezes eu viajo às vezes eu tenho médico, às vezes é um problema que eu tenho na família que eu tenho que resolver, aí eu tenho que faltar. A minha neta teve neném, eu tenho um bisneto, aí fiquei afastada daqui, fiquei um mês cuidando dela, ela ganhou neném no dia trinta de maio e eu fiquei até junho na casa dela. Cuidando da neta, eu é que cuidei, não foi à mãe dela não, a mãe dela trabalha fora, e é professora. É meu primeiro bisneto, daí eu me prontifiquei. [...] Na próxima semana eu não vou vir aqui no grupo, porque eu vou ficar com meu bisneto, eu vou cuidar dele dois dias, porque a mãe dele trabalha. [...] Eu acho assim, em primeiro lugar a família depois o SESC. Com sinceridade, eu vivo para eles. Eles têm compromissos com trabalhos, eu não. Então eu ajudo mesmo [...] (A<sub>9</sub>).

É eu faltei assim, porque às vezes, eu tenho um problema com minha mãe, eu cuido da minha mãe, ela não anda, deixou de andar faz alguns meses, então às vezes cada um dos filhos tem seu dia. Mas às vezes como sexta-feira passada, nem sempre né, a minha irmã foi viajar daí o dia dela cuidar da mãe é na sexta - feira, aí, ela pediu que eu fosse quarta, de terça eu quero voltar, aí eu fiquei pra ela, pra quando eu for viajar pra Torres, aí ela fica na quinta-feira pra mim, depois a gente troca. [...] Às vezes na terça feira não tenho pique para vir até aqui, a minha mãe tem 84 anos, ela tem osteoporose muito brava, daí agora parou de andar, daí agora está de cama. (A<sub>2</sub>).

Com relação às faltas aos encontros devido à questão de trabalho, evidenciou-se que apenas 1 idoso está trabalhando 8 horas diárias, o que o impossibilita de participar do grupo.

Viagens também apareceram como justificativa para a ausência dos idosos nos grupos, de acordo com as falas:

Olha! Eu esse ano até não fui muitas vezes, eu viajava muito. Terça-feira que é o nosso dia de grupo eu estava viajando. [...] As faltas foram por causa de viagens. No princípio foi por causa de doenças também, não da minha parte, de parte da família. Mas a maior parte foi por viagens. [...] O mês retrasado foi por causa da pintura da minha casa, levou quase dois meses e eu tinha que estar sempre comprando uma coisa e outra, agora mês que vêm vai ser por dentro. E o pedreiro dizia: ta faltando isso, ta faltando aquilo [...] Não adianta, sozinha tem que resolver tudo sozinha. Até supermercado é tudo a gente que faz sozinha. (A<sub>12</sub>).

[...] Se tu me convida agora. Vamos para o Rio? Eu em meia hora faço minha mala porque também não tenho muita roupa e nem muito luxo e vou pro Rio contigo se tiver dinheiro [...]. (A<sub>6</sub>).

Alguns justificaram as ausências como sendo consequência das mudanças ocorridas no SESC em 2007, conforme já informado anteriormente, que passou de 10 para 5 grupos, e os encontros, que eram quinzenais, tornaram-se semanais:

Eu não faltava. Eu não venho com frequência, porque eu só venho de quinze em quinze dias como no outro, primeiro porque eu moro muito longe, segundo porque eu tenho marido e não dá para deixar, aí venho de 15 em 15 dias só. Não há nada contra o grupo, só pela distância. (A<sub>7</sub>)

Março tava de férias, quando começou, eu acho, na segunda semana. Eu venho a cada 15 dias. Se dá no caso de naquela sexta-feira que eu vinha acontecer alguma coisa eu não venho, é por isso que demora mais. Quando não estou aqui, estou no grupo de casais, que se encontram na casa de um deles. O grupo de casais era do SESC, mas com a mudança nos grupos eles não se encontram mais aqui. (A<sub>11</sub>)

Esta mudança resultou na saída de alguns grupos do SESC, que preferiram não se inserir em outros grupos, mas optaram por continuar a se encontrar fora da Instituição.

Sobre as questões relacionadas à Instituição, os entrevistados foram questionados se conheciam o SESC, se consideram importante o trabalho que é desenvolvido junto aos idosos e quais seriam suas sugestões. Cabe destacar que a grande maioria relatou que desconhece o que seja a Instituição SESC, expondo que, para eles, o SESC são os grupos dos quais eles participam e conhecem o trabalho que é realizado junto ao segmento idoso.. Isso fica evidenciado nos relatos:

O SESC é aquela coisa assim, das atividades que a gente conhece, só das atividades. (A<sub>1</sub>)

Eu não conheço nada. (A<sub>2</sub>)

O SESC eu não conheço muito, mas, tenho a carteirinha daqui, o meu marido também tem. (A<sub>5</sub>)

Pra mim é um negócio meio de idade, que a gente se encontra. Mas é muito bom vim no SESC. (A<sub>11</sub>)

Não sei te dizer. O SESC pra mim, eu gosto. Se eu não gostasse eu já teria saído. (A<sub>9</sub>)

Eu não sei te passar agora, mas eu acho que é uma organização séria, boa que tem bons princípios, que traz bons ensinamentos. É alguma coisa muito útil, projetos novos para todo mundo e tem passeio mais barato. (A<sub>13</sub>)

Quando questionados se consideram importante o trabalho que é desenvolvido com os idosos nos grupos de convivência, a resposta foi unânime, todos consideram o trabalho importante, justificando que o mesmo resulta em melhorias na vida dos idosos, como desenvolvimento da auto-estima, interações, conhecimento, melhoria das condições de saúde entre outras.

Eu acho como eu disse pra ti, importante as atividades né. É importante porque distrai, a gente fica naquele convívio, a gente se sente bem no convívio de outras pessoas. (A<sub>1</sub>)

Por tudo. Tira as pessoas de idade de casa. Vim já é uma grande vantagem para a gente. Sair de casa vou te contar é

muito bom. Eu venho da Pinheira. Eu gosto e quero ficar aqui.  
(A<sub>5</sub>)

Pra mim é importante, porque aí a gente fica sabendo o que está acontecendo. (A<sub>11</sub>)

Bem importante, eu não sei dizer, mas é bem importante. (A<sub>9</sub>)

É muito importante mesmo. A dança, aquela parte que eles ensinam, é importante porque primeiro quem não sabe dançar tem pelo menos requebrar um pouquinho, mesmo que a gente não saiba, mas aquilo ali dá mais força para a gente querer aprender. (A<sub>12</sub>)

É importante, porque a gente aprende alguma coisa a mais, fazer amizade assim, é importante né. Para os velhos melhorar mais da cabeça, papo de casa. Para poder sair de casa, para escutar algo melhor. Uma dor aqui, outra ali, né, até melhora.  
(A<sub>2</sub>)

E por fim, quando solicitado que deixassem sugestões para o SESC, poucos foram os entrevistados que deixaram sua opinião, sendo que as sugestões estariam voltadas para os grupos de idosos do qual participam, sendo elas: continuação do trabalho junto a eles, intercalando atividades, apresentações teatrais, danças e filmes. Alguns sugeriam ainda o retorno do jogo do bingo. Mas, a grande maioria considera o trabalho bom, justificando que não precisa mudar nada.

Após a abordagem e fundamentação teórica do objeto deste trabalho, assim como a apresentação e análise dos dados obtidos através da pesquisa empírica, tem-se, na sequência, as considerações finais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No percurso do presente trabalho, buscou-se a compreensão das questões históricas do envelhecimento, explicando o uso dos termos mais utilizados, bem como a apresentação do processo de envelhecimento populacional acelerado, que se configura como um fenômeno mundial. Também foram abordadas as estratégias e ações internacionais e nacionais para o enfrentamento das questões relativas ao mesmo. É certo que o envelhecimento populacional acelerado acarreta fortes impactos sociais, o que requer um incremento de políticas públicas e sociais que assegurem a devida proteção social aos idosos, com vistas à promoção de maior qualidade de vida a este contingente populacional. Pois, com o aumento da expectativa de vida, deve-se buscar garantias de uma velhice digna a este segmento, acompanhando as mudanças que ocorrem na dinâmica da sociedade atual.

No contexto brasileiro, é inegável o expressivo avanço das leis brasileiras a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e

do Adolescente, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Entretanto, percebe-se que estes direitos preconizados em leis inexistem, não são efetivados à grande parte da população brasileira.

Outro aspecto apresentado foi a trajetória histórica do SESC, vislumbrando as políticas sociais desenvolvidas pela Instituição, em especial no campo do envelhecimento, foco de estudo neste trabalho. Como pode-se observar no decorrer do trabalho, nas observações e estudos trazidos, é a preocupação do SESC em desenvolver políticas sociais que venham ao encontro à garantia de direitos sociais, como a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, em especial aos idosos.

Ficou evidenciada a importância do trabalho do Assistente Social para o SESC, Seu trabalho está voltado para a elaboração, desenvolvimento dos projetos e atuação nos grupos de idosos, objetivando a efetivação da política institucional. O profissional de Serviço Social visa favorecer, garantir e viabilizar os direitos dos usuários atendidos, no caso, os idosos. Utiliza do trabalho nos grupos para desenvolver ações que contribuam na valorização do ser humano e sua integração na sociedade. Neste sentido, reafirma o compromisso ético e político, efetivando o disposto no art. 4º do Código de Ética Profissional, quando expõe os deveres do Assistente Social:

Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente; contribuir para alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária; empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais. (BRASIL, 1993, p.15)

Vale ressaltar o foco central desta pesquisa, que era conhecer os motivos reais que levaram os idosos a constantes ausências nos encontros dos grupos de convivência do SESC. Dentre os motivos encontrados, a pesquisa evidenciou a questão da saúde (7), viagens (4), cuidar de familiares (3), entre outros. Diante desta constatação, sugeriu-se a formação de uma equipe multidisciplinar, formada por assistentes sociais, psicólogos e enfermeiros, que

possam realizar visitas domiciliares, com o intuito de acompanhar e orientar os usuários que se encontram afastados das atividades do SESC por motivos de saúde.

É oportuno destacar a importância dos grupos de convivência para os idosos, conforme evidenciado na pesquisa, quanto ao convívio social, prevenção do isolamento social e de doenças, contribuindo na melhoria de suas condições de vida. Diante disso, sugeriu-se a divulgação das informações relativas às atividades dos grupos de convivência do SESC Prainha – Florianópolis, através dos meios de comunicação (rádio, TV), bem como nas redes de ensino, universidades, escolas públicas e privadas, destacando a importância dos grupos de convivência para os idosos, na melhoria de suas condições de vida. Conseqüentemente, sugerimos também a ampliação no número destes grupos, a fim de que possam contemplar um contingente maior de idosos, proporcionando-lhes essa oportunidade de socialização.

Com a pesquisa também se constatou que os idosos buscam o lazer nas atividades como dança e teatro, estando presente em quase todas as entrevistas, demonstrando que os idosos buscam no SESC as atividades que lhes proporcionem diversão, lazer, interação e socialização. Lembra-se que o lazer é direito de todo o ser humano, como parte integrante de sua vida, meio de repor suas energias, estar em constante movimento, interagindo com outras pessoas<sup>40</sup>.

Outra questão importante é a que se refere à relação de poder, a tomada de decisões dos grupos. Neste sentido, entendemos que os idosos devem ser sujeitos ativos e mais “participativos”, quanto à definição, organização e efetivação das atividades desenvolvidas nos grupos. Para tanto, acreditamos ser fundamental considerar as suas opiniões e sugestões quanto às atividades que eles preferem, e não aquela que a Instituição define<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Estatuto do Idoso Art. 23. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

<sup>41</sup> Artigo 3º PNI. Item IV – O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política.

Sugeri-se também a continuidade de pesquisas na área do envelhecimento no âmbito acadêmico, inclusive com a inclusão de uma disciplina que aborde a essa questão na grade curricular do curso de Serviço Social, como forma de conhecer, entender, aprender e buscar mecanismos para a garantia e efetivação das políticas que norteiam a população idosa. Cabe destacar com isso a urgência desta temática, em decorrência do rápido e inegável processo de envelhecimento populacional. É compromisso das Universidades<sup>42</sup> proporcionarem à sociedade o conhecimento da realidade, por meio de estudos, pesquisas, para que se possam buscar alternativas de intervir.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva ...[et AL]. **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AGUSTINI, Fernando Coruja. **Introdução ao Direito do Idoso**. Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 2003.

BACELAR, Rute. **Envelhecimento e produtividade: processos de subjetivação**. 2ª ed. rev. Recife. Fundação Antônio dos Santos Abranches FASA, 2002. 151p.

Balanco Social SESC 2006, SESC 60.

BRANDÃO, Inácio de Loyola. **SESC 50 Anos**. Primeira impressão, inverno de 1997.

---

<sup>42</sup> Estatuto do Idoso Art. 3º, item VII – Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento.



BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004, 44p.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

BRAZ, Letícia Guimarães. **Projeto Viver Bem a Idade que se Tem: Um Redimensionamento do Trabalho Social com Idosos do SESC de Florianópolis na Perspectiva do Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, 2008. Universidade Federal de Santa Catarina.

BEAVOUIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 9. Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

DAMIANI, Lara Regina; SILVA, Ana Márcia. (org). **Práticas Corporais. Construindo outros saberes em Educação Física**. Vol. 4. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI**. O Mini Dicionário da Língua Portuguesa. 5ªed. Rido de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.p. 744.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Senso Demográfico 2000. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf). Acesso em 03 de novembro de 2009.

\_\_\_\_ Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio para 2009. IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf). Acesso em 31 de outubro de 2009.

\_\_\_\_ Indicadores populacionais das Unidades de Federação. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso em 31 de outubro de 2009.

MASCARO, S. A. **O que é Velhice?** São Paulo, Brasiliense, 1997.

MORAES, Nidia de Jesus. **O Olhar do Idoso sobre o Trabalho Social com Grupos: Uma Experiência no SESC Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2008. Universidade Federal de Santa Catarina.

MULLER, Eliane Fransieli. **A Violência contra o Idoso: Um Estudo no Contexto do CIAPREVI – Florianópolis/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, 2008. Universidade Federal de Santa Catarina.

RECH, Angela. **Do Princípio a Atualidade: As Transformações no Trabalho com Grupos de Idosos no SESC – Florianópolis/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, 2006. Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBEIRO, Raquel Noel (org). Masculin (idade) e velhices: entre um bom e mau envelhecer. **Abordagens Teóricas da Velhice: Múltiplos Acessos**. Vol III, ed. Vetor, São Paulo, 2006. p.25 – 58.

RICARDO JOSÉ. Jaqueline Damiani. **Um Estudo Exploratório do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa idoso (CIAPREVI)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, 2009. Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTIN, Janaína Rigo; VIEIRA, Péricles Saremba; FILHO, Hugo Tourinho (Org). **Envelhecimento Humano: saúde e dignidade**. Editora UPF, Universidade de Passo Fundo, 2005.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Site Institucional. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/main.asp>, acesso em, 05 de agosto de 2009.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Site Institucional. Disponível em: Disponível em: <http://www.sesc-sc.com.br/assistencia/?c=index>, acesso em 20 de outubro de 2009.

SILVA, Maria Izabel da. **Desvelando a questão do idoso no contexto neoliberal: a experiência com grupos de convivência em Florianópolis-SC**. In: Novas Demandas Da Gerontologia Latinoamericana No Brasil. Blumenau, Instituto Ame suas Rugas, a ser publicado até junho de 2010.

SCHMIDT, Mario. **Nova História Crítica**. Editora Nova Geração. 1ª Ed. São Paulo 2005. Volume Único.

VIVAN, Mayara Maria de Oliveira. **Educação Continuada: Possibilidades e Descobertas no Envelhecimento**. Trabalho de Conclusão de Curso, Serviço Social, 2007. Universidade Federal de Santa Catarina.



## PÊNNDICE A - Roteiro de Entrevistas

### Pesquisa

#### 1. Dados Pessoais

- a) Nome.....
- b) Idade.....c)Escolaridade.....d)Estado civil.....e) N<sup>o</sup> de filhos .....f) Com quem reside.....g) Que atividades realiza na família  
.....  
.....h) Habitação (própria ou alugada).....
- i)aposentado Sim ( ) Não ( ) j) Mantêm atividade remunerada.....j)Profissão.....

#### 2. Sobre sua participação no Grupo de Idosos do SESC

- a) Há quanto tempo participa das atividades do SESC, nos grupos de idosos?
- b) Quais os motivos que levaram o senhor (a) a procurar as atividades dos grupos de idosos do SESC?
- c) O que motiva hoje a participar das atividades que são desenvolvidas com os idosos nos grupos de Convivência?
- d) Considera as atividades importantes para o grupo?
- e) Quais as atividades que mais gosta nos grupos de idosos do SESC? Por que?
- f) Quais as atividades que menos gosta que considere menos interessante? Por que?
- g) Quais atividades a Senhora (o) sugere?

- h) Qual sua opinião sobre o trabalho realizado pela Assistente Social e pelas estagiárias do SESC junto aos idosos?
- i) Como são definidas? Planejadas e organizadas as atividades para com os idosos?
- j) Como vocês resolvem os conflitos no grupo?
- k) Como são tomadas as decisões? Todos participam?
- l) O grupo permite que o senhora (a) se expresse?
- m) O que mudou em sua vida com a inserção nos grupos de idosos do SESC?
- n) Quais os motivos que levam a constantes faltas nas atividades com grupos de idosos do SESC?
- o) O que o senhor (a) sabe sobre o SESC?
- p) O trabalho desenvolvido pelo SESC nos grupo de idosos é importante por que?
- q) A senhora acha que precisa melhorar algo no SESC? O que?
- r) Dê sua sugestão.

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****Universidade Federal de Santa Catarina****Centro Sócioeconômico****Departamento de Serviço Social****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pelo presente documento, estando devidamente esclarecido quanto aos objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa, consinto a **Srta. Mávia Aparecida Maier**, estagiária do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, realizado no Serviço Social do Comércio – SESC - Prainha, todos os direitos de uso e divulgação que lhe corresponderem, quanto ao conteúdo das gravações e transcrição literal das mesmas, produzidas durante a entrevista semi-estruturada que integrará seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Você foi escolhido (a) para ser entrevistado (a) por compor o universo de pessoas que frequentam os Grupos de Convivência do SESC - Prainha no período de Março a Julho de 2009. O objetivo principal desta entrevista é verificar os motivos que levaram as frequentes faltas nas atividades do grupo de convivência do qual participa.

Declaro também que, pela natureza do trabalho apresentado, o conteúdo das gravações tem caráter sigiloso, sendo acessado somente pela pesquisadora principal (graduanda) e sua orientadora a prof<sup>a</sup> Maria Izabel da Silva – Dep. do Curso de Serviço Social da UFSC.

Florianópolis - SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

Entrevistado

---

Graduanda Mávia Aparecida Maier

Pesquisadora Principal

**APÊNDICE C** – Autorização do SESC para realização da pesquisa